

**MANDATO XI**  
**ATA Nº. 18/2016**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2016**

*Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, nesta cidade de Braga, no Auditório do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Serafim Figueiral Rebelo, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário.*

**MAIORIA LEGAL - A SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e quatro membros.

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Américo dos Santos Afonso, Bento Duarte da Silva, Hugo Alexandre Lopes Soares, João Filipe Monteiro Marques, Maria Ester da Silva Taveira, Domingos da Silva Abreu, Natacha Sofia Miranda Fontes, Maria Manuela de Freitas Marques, Arlindo Henrique Lobo Borges, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Maria Isabel Magalhães Mexia Monteiro da Rocha, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Sílvia Maria Rodrigues de Oliveira, Miguel Pereira de Macedo de Sá Menezes, Pedro Miguel Pereira de Sousa, Nuno Álvaro Freitas Barbosa de Alpoim, Ana Paula Enes Morais Pereira, Bento Ferraz Gomes de Faria, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José António de Oliveira Rocha, Vítor Manuel de Sousa

*Leite Cibrão Coutinho, Marta Filipa Azevedo Ferreira, José Manuel Lopes Ferreira, Manuel António Gomes Pinto, Francisco Marques de Oliveira, Artur Jorge de Oliveira Feio, Rui Pedro Lopes Gonçalves, Pedro Afonso Teles, Carla Maria da Costa e Cruz, Raúl Alfredo Cardoso Peixoto da Silva, Bruno André Ferreira Gomes da Silva, Bárbara Seco de Barros, Manuel Carlos Ferreira da Silva, Paula Cristina Barata Monteiro da Costa Nogueira, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, José Manuel Ribeiro Afonso, Luís Filipe Paiva da Mota Pedroso, Paulo Afonso Machado, Daniel Fernandes Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Manuel Ferreira Gomes, António Araújo Fonseca Veiga, Jorge Manuel Carvalho, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Joaquim de Oliveira Rodrigues, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João António de Matos Nogueira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Oliveira, Manuel da Silva Dias, Carmindo João Costa Soares, Adélia Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Fernando José Ferreira Peixoto, João Lamego Moreira, José António Vieira Peixoto, Hilário Fernandes Lopes, Carlos Alberto Ferreira de Sá, Francisco Manuel Pereira da Silva, António Martins de Araújo, Mário José Reis Vieira, Emiliano Renato Araújo Novera, Alexandre José de Sá Vieira, Manuel Pereira de Faria, Marcelino Moreira de Sá e José Manuel Gomes Martins.*

**SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO:** *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Rosa Maria Macedo da Cunha, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Alexandre Amoedo da Cruz Lourenço, Adelino da Costa Correia, Mário Alexandre Peixoto Gomes, Tânia Correia da Cruz, José João Pereira Correia, Luís Jorge Vaz Santos Antunes Coelho, Rui Manuel Martins Ribeiro Leite, João Vasconcelos Barros*

*Rodrigues, Maria Filomena Carvalho Ferreira, Rui Manuel Rebelo da Silva Pereira, Manuel Maria Beninger Simões Correia, António Álvaro da Costa Machado, José Marcelino da Costa Pires, Ilda de Fátima Gomes Esteves Carneiro, Sebastião Marques Quarenta, João Gilberto Dias Sousa, Rui Sérgio Ferreira da Silva Dória, Catarina Lourenço Ribeiro, Diana Sofia de Sá Carneiro Gonçalves Basto, Tiago Jorge de Assis Caldeira da Cruz Corais, Joana Maciel Ferreira da Costa, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Ana Filipa Gonçalves Rocha Costa, José Pedro Pires Machado, José António da Silva Torres e Cristina Andreia da Silva Teixeira.* **RENÚNCIA DE MANDATO:** *Renunciaram ao mandato: Rui Alberto Alves de Sousa e Silva e Carlos Joel Barbosa Pereira.* **FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:** *João Manuel Faria da Costa.* A **Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a presença de todos os presentes e fez um agradecimento especial à Direção do Conservatório. Passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**. Neste período registou-se a intervenção do **SR. ALBERTO MANUEL BOTELHO DE MIRANDA**, município de Braga, subscritor de uma petição que foi entregue na Mesa, relativa à problemática do futuro do “Cinema São Geraldo”, que solicitava que se envidassem todos os esforços no sentido de que o referido espaço permanecesse, independentemente da diversificação de funções que pudesse vir a ter, numa perspetiva de recuperação, com a valência essencial de casa de espetáculos, nomeadamente de cinema. Independentemente de todas as razões que se pudessem aduzir, obviamente pertinentes, do ponto de vista de preservação da memória da cidade, da memória histórica, de fazer parte do património que deveria ser preservado, a questão que queria colocar tinha a ver, principalmente, com o facto de se estar numa situação única, no sentido de que não tinham alternativa, no caso do São Geraldo ser, definitivamente, desativado e destruído,

*no sentido de casa de espetáculos, não termos em Braga, no centro de Braga, qualquer alternativa que pudesse vir a ser ativada num momento, se ele não existia já agora, em que fosse necessário, face à dinâmica cultural e da atividade das diferentes coletividades da área da cultura e mesmo de lazer existentes na cidade, por não existir em Braga, uma alternativa que tivesse as potencialidades, que o São Geraldo possuía, pelo seu valor em si, mas, principalmente, pela sua localização. Deu um exemplo, no Porto, que há poucos anos, um antigo cinema, que foi teatro, o “Águia de Ouro”, foi transformado num hotel, na praça da Batalha, e estavam num local, onde num raio de menos quinhentos metros, tinham o Teatro São Jorge, a funcionar como teatro; o Coliseu, a funcionar como casa de espetáculos; o Rivoli a funcionar como teatro municipal e o Olímpia e aí havia várias alternativas. Aqui em Braga, existia o Teatro Circo e no quarteirão cultural, designado pela própria Câmara Municipal de Braga, tinham o São Geraldo e se fosse destruído nessa valência, não havia mais nada. E um dia que se arrependessem dessa situação e tentassem fazer algo de novo, não tinham local no centro da cidade para o fazer, teriam que ir para bastante mais longe, perderiam todas as potencialidades das sinergias que era terem esses dois recintos e infraestruturas de cultura e de espetáculo juntas, e, muito provavelmente, dado que o São Geraldo, no essencial, estava num estado de conservação muito razoável e, portanto, a sua recuperação, mantendo o essencial como sala de espetáculos, não era algo de um custo exacerbado, muito provavelmente, um dia que quisessem fazer uma alternativa não a iriam fazer no centro, dispersavam-se esses equipamentos e ficaria, seguramente, mais caro do que recuperar o São Geraldo. Obviamente era propriedade privada, todos sabiam, no limite a única solução talvez fosse a aquisição, mas essa não era a única solução. Esta questão do São Geraldo não caiu de repente, agora que o*

*proprietário tentava dar um destino a uma coisa que estava fechada há vinte anos e agora foi que toda a gente se lembrou de recuperar o São Geraldo. Fazia lembrar, que a Câmara anterior no seu plano estratégico para o centro histórico de dois mil e onze, colocava a questão da recuperação do São Geraldo e a sua valência como infraestrutura cultural e a Câmara atual, em sucessivos momentos o colocava também. Isso pressupunha que havia uma continuidade de posição e de postura dos órgãos autárquicos, de há bastante tempo, de o próprio município fazer todos os esforços no sentido de o São Geraldo ser preservado nessa valência. Não sendo um recinto de propriedade municipal isso pressupunha uma atitude proactiva, que esperava que desde dois mil e onze estivesse a ser desenvolvida pelos órgãos autárquicos, no sentido de chegar a um entendimento com os proprietários. Uma segunda intervenção foi registada, agora pelo **SR. LUÍS TARROSO GOMES**, que começou por informar que entregou na Mesa uma petição subscrita por mil e oitenta e uma pessoas, de um grupo que nasceu na sequência dum projeto que foi apresentado em fevereiro, denominado “São Geraldo Cultural”. Estavam naquele processo sem radicalismos, mas com muita convicção no que diziam. Não foram ali explorar as contradições, que eram inúmeras, naquele processo, por parte do Executivo. O que os preocupava era o futuro da cidade e, neste caso concreto, o São Geraldo, que era, se olhassem com atenção, uma sala equivalente ao Rivoli, em pleno centro da cidade. Por isso era que se preocupavam, em primeiro lugar, por investigar a história, saber o que era o São Geraldo, conhecer as plantas, conhecer as fotografias, ouvir testemunhos e descobriram que a famosa “Melinha” do Braga fez os cortinados que estavam naquele espaço e que estrearam o São Geraldo em mil novecentos e cinquenta. Descobriram também, hoje, no “Correio do Minho”, as duas notícias apareciam lado a lado, o Orfeão de Braga e a Notícia do São Geraldo, o Orfeão*

*de Braga teve sede no salão recreativo, em mil novecentos e vinte e quatro. O São Geraldo era, desde essa data, a segunda sala de espetáculos de Braga e merecia, desde logo, por isso, uma atenção especial e era uma sorte, havia que reconhecer, que uma cidade do tamanho de Braga, ter duas salas de espetáculo centenárias. A Câmara não estava certa quando dizia que aquele problema era um problema exclusivamente privado. Não era, era um problema de ordenamento do território e isso era uma tarefa municipal, como se poderia ver nos documentos oficiais, onde a Câmara determinava estratégias para o Município, incluindo vários equipamentos privados. Mas a Câmara esteve muito bem noutra assunto. Esteve muito bem ao não aprovar um edifício com dez pisos, seis à superfície e quatro em cave, como estava previsto, em julho no processo de licenciamento. Mas agora já não estava bem, porque o processo que estava neste momento em curso previa, ao contrário do que se dizia, a demolição total da sala de espetáculos, mascarada por uma campanha publicitária, mas o que estava, de facto, em cima da mesa era a demolição do São Geraldo. Era o que estava no processo de licenciamento. O problema era que em dois mil e dezasseis, já não se deitava teatros abaixo, muito menos para fazer centros comerciais. Isso era nos anos noventa. E muito menos se deitava teatros abaixo sem ouvir a cidade, saber se a cidade precisava daquele teatro, sem saber para que era que servia aquele teatro. E, aliás, nem era preciso ouvir a cidade toda, bastava por começar por ouvir o programador do Teatro Circo, a administradora do Teatro Circo, que se preocupava com as limitações do espaço e a própria Senhora Vereadora da Cultura, que dizia que faltavam equipamentos culturais e que vivia esse problema. O que estavam a discutir no São Geraldo e o que Braga queria ser. No Movimento não tinham certezas absolutas, estando abertos à discussão. Mas gostariam de ver menos palpites nessa discussão e mais objetividade. Por isso*

perguntavam, o público do Theatro Circo estava ou não a aumentar todos os anos como vinha sendo anunciado? Iria fazer falta, em breve, uma segunda sala de espetáculos em Braga, para que público e para que eventos? E se fizesse falta, iria construir-se uma nova sala, ou aproveitar-se-ia a que existia? Queriam ou não ter em Braga um projeto cultural de peso, com relevância nacional, ao nível do que se via anunciado nas últimas semanas no Porto, em Coimbra e em Lisboa? Se queriam, o que era que Braga tinha que fazer agora para conseguir esse projeto? Queriam criar um quarteirão das artes, como muito bem foi sugerido pelo projeto vencedor do concurso de ideias da Avenida da Liberdade? Poderiam estabelecer parcerias com o proprietário no sentido da criação desse quarteirão ou era preciso, para evitar a perda do espaço, tomar alguma decisão, nem que fosse arrendar o espaço pelo Município, ou adquiri-lo. Existiam vários centros comerciais no centro da cidade, precisavam de outro? Eram muitas perguntas que mereciam ponderação séria. Ninguém desejava que o São Geraldo fosse um elefante branco, que fosse um aspirador dos recursos públicos e o interveniente, muito menos, como responsável da “Velha-a-Branca”, um equipamento que se sustentava a si próprio, sem apoios públicos, há doze anos. Estavam empenhados em evitar a demolição do São Geraldo e em encontrar uma solução que permitisse mantê-lo e pensar num projeto futuro a médio prazo de relevância cultural e convidavam a Câmara a juntar-se a esse processo ou até a assumir esse processo, sem prejuízo de tudo fazerem, para evitar a sua demolição. Como alguém já disse no facebook “sejam visionários e com os pés assentes no chão”. Registou-se depois uma terceira intervenção pela **SR<sup>a</sup> MARIA TERESA BARBOSA TEIXEIRA**, para realçar que também iria falar sobre o São Geraldo, tendo referido que havia uma sala de espetáculos com oitocentos lugares. Havia uma falta enorme na cidade de salas de espetáculos. Havia grupos

culturais, grupos de teatro amadores e profissionais, bandas, grupos que vinham de fora fazer espetáculos e que não tinham onde os fazer. Havia uma sala espetacular, que era o Theatro Circo, mas que era demasiado chique, provavelmente, para determinados espetáculos que lá tinham lugar. Portanto, faltava uma segunda sala de espetáculos e tinham o São Geraldo. A questão que colocava era se alguém estava, efetivamente, convicto que era importante demolir o São Geraldo? Era isso que Braga precisava? O desenvolvimento cultural de Braga passava pela demolição desse espaço? Pela demolição e construção de mais um edifício de fachada em Braga? Muito francamente, pensou, que em outubro de dois mil e treze iria mudar esse paradigma de cidade, ou seja, que acabavam as demolições, que se acabavam as obras de fachada, que se mantinham as pré existências e que a política que se seguiria seria uma política de reabilitação de edifícios, neste caso, de um edifício que era uma casa de espetáculos que Braga precisava. Portanto, neste momento, colocava-se um desafio a todos os presentes e que se colocava, também, ao Senhor Presidente da Câmara, ao Senhor Arcebispo Primaz de Braga e aos promotores da obra que lá queriam fazer. Seria possível repensarem, sentarem-se à mesma mesa e repensar o processo e evitar a perda desse espaço de cultura que tão importante era para o desenvolvimento cultural da cidade? Que tão importante era para que todos os que tinham filhos jovens, que iam a Guimarães e ao Porto procurar aquilo que em Braga não tinham, por não haver esse tipo de espetáculos em Braga. Aquilo que pedia era que todos se sentassem à mesma mesa e pensassem aquilo que de bem poderiam fazer pela cidade e pela população. A quarta intervenção foi produzida pela **SR<sup>a</sup>. LUÍSA CASTRO**, representante da Empresa Braga Táxis, para dizer que como havia dúvidas na Câmara Municipal, inclusive, quanto à legitimidade para representar a empresa, porque não era taxista, para quem

tivesse dúvidas apresentava ali o papel. Disse depois que há algum tempo, tinha solicitado à Câmara Municipal a alteração de dois estacionamento. Um, de São Mamede, do lugar de Pidre, para a avenida de São Bento e o outro, de Sobreposta para o largo Mãe d'Água. Ainda não tinha entendido qual era o problema, porque o Regulamento Municipal previa essa mudança, mas a teimosia era tal, que ninguém fazia nada e o problema continuava. E iria continuar, porque o poder político continuava sempre em cima e ainda por cima “tinha duas Câmaras, uma dos indignados do PS, que perderam o poder e os famintos do PSD, que abusavam dele” e isso era muito grave. Continuava sem saber o que fazer. Requerimento e mais requerimento, pareceres jurídicos e ninguém pedia desculpa. Gostava que respeitassem os outros e estava a falar do Sr. Vice-Presidente e do Presidente da Câmara Municipal de Braga que deviam olhar mais para as pessoas. A última e quinta intervenção foi protagonizada pelo **SR. ANTÓNIO DA SILVA FERNANDES**, que começou por cumprimentar todos os presentes e depois dirigir uma palavra de apreço para os cidadãos que estando sempre ausentes daqueles acontecimentos, estavam sempre atentos ao que naquelas reuniões se passava. Porque o que ali se decidia influía diretamente na sua vida quotidiana. Na qualidade de cidadão comum, levava ao seu apreço e consideração matéria que ajuizava relevante por, neste momento, dizer respeito a uma franja significativa nos nossos concidadãos. Ao seu apreço porque a pronúncia pública por parte das forças políticas ali representadas, em sua opinião, não tinha sido suficiente para a solução dos diferendos existentes entre os interesses distintos de quem servia e de quem precisava num cenário de aproveitamento dos caudais financeiros que jorrando da Comunidade Europeia não chegavam aos que se presumiam deverem ser os seus beneficiários originais. Parte significativa dos projetos candidatos não repercutia o objeto final

*pretendido por não possuir na gênese o motivo e subsistir no cidadão comum a dúvida sobre uma aplicação financeira através de organização não representativa. Apurava-se assim, qualidade e consistência que careciam, a seu ver, de um observatório especializado em suporte prático com valências que correspondessem à diversidade em especificidades das diferenças apuradas por juntas médicas qualificadas de que se apurasse transparência executiva e benefício social do utente, assim como, de um observatório económico que apurasse da veracidade das aplicações dos fundos atribuídos. Dir-lhe-iam: "Isso já existe! A segurança social tem; A Câmara Municipal também tem". Ao que contrapunha perguntando: "Pois tem... Mas, quais têm sido os resultados práticos desses organismos? A receção de cópias dos documentos entregues nas repartições de finanças? Umas reuniões esporádicas a pedido nuns casos e de calendário noutros casos?" A violência doméstica continuava sem que se vislumbrassem soluções de prevenção, sinalização e combate, que envolvessem os agentes políticos e sociais na proximidade e a autoridade judicial confinava-se à burocracia instituída. Mas, a violência doméstica não se confinava ao convencional. A violência doméstica acontecia com todos os membros do agregado familiar em que acontecia: Esposas; maridos; filhos; pais; avós e outros. Era um fenómeno social envolto de secretismo por vergonha, por medo, e, na pior das hipóteses, por aceitação como condição. A sua denúncia esbarrava em pré conceitos de que "entre marido e mulher ninguém mete a colher" mas também na represália vicinal que impunha o medo extra muros. Importava por isso dotar as Organizações representativas do Estado de proximidade (Juntas de Freguesia) dos mecanismos legais que de forma consertada conseguissem combater e dar solução a este flagelo. A inclusão social mantinha o seu discurso oficial estéril consoante o mote que mais jeito lhe dava. O apoio social definhava*

ao sabor de vontades em que o utente era o cliente que se disputava no terreno a troco de apoios Estatais ou de capacidade económica confortável. Ouviram recentemente um sinal de alerta que só doía a quem sentia na pele os efeitos nefastos daquilo que era o afastamento do Estado das suas responsabilidades Constitucionais: A solidariedade; a justiça; a igualdade; Dizia esse alerta o seguinte: - "O Estado ao entregar aos privados toda a iniciativa de âmbito social, está a criar condições para que os pobres não venham a ter um lugar num qualquer Centro de Dia ou Lar de Terceira Idade" a que acrescentava, e que as suas crianças não pudessem frequentar os infantários e escolas pré-primárias porque, tendo essas empresas/associações como mero objeto o lucro, prefeririam acolher quem dispusesse ou auferisse rendimentos estáveis que lhes proporcionassem comodidade financeira e lucro, preterindo todos os outros que assim voltariam a ficar à porta sem nunca entrar. Seriam meros números fixos em listas de espera até que a uns a morte os levasse e a outros a idade avançasse. Este contínuo empurrar para o abismo os mais pobres, era já uma evidência nos grandes centros urbanos aonde o alerta só soava quando mais um idoso era encontrado morto com indício de já ter falecido há dias. Quando ninguém reclamava um cadáver na morgue de um hospital. Quando ninguém visitava o doente acamado em cuidados continuados ou paliativos. O cidadão portador de deficiência raramente aparecia nas direções das associações que diziam representar a especificidade da diferença. As cotas de emprego obrigatório não eram respeitadas em nenhum dos organismos públicos ou municipais. As barreiras arquitetónicas que eram extensíveis a grávidas, idosos, pais com filhos ao colo ou em carrinho de bebé e outros, eram inumeráveis. O desrespeito pelo estacionamento condicionado a pessoas diferentes era uma constante. Entre um desconfortável número de tropelias de relato extenso aos direitos, liberdades, e

garantias, do cidadão portado de deficiência que não se resolviam com iniciativas avulsas. Resolviam-se com os interessados e com quem, por incapacidade do interessado, estava indelevelmente identificado com o próprio. A inclusão social era uma teia complexa de variáveis que só a acutilância e o discernimento político conseguia desenlaçar. Não era matéria que um qualquer tecnocrata vislumbrasse solução quando não tinha a sensibilidade necessária para o efeito e resumia a sua atividade à pressão do deve e do haver económicos que lhe eram impostos ou faziam parte do seu perfil sócio profissional. Era o desafio que deixava a todos aqueles que com responsabilidade e sentido de Estado ajuizavam a política como um ato nobre de servir os cidadãos que os elegeram em que os mais debilitados deviam ter primazia. Seja na habitação, no transporte, no emprego, nos acessos ao ensino, à arte, à cultura. Em suma: À Vida! Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a apresentação de um **Voto de Congratulação**, pela comemoração do primeiro centenário do Theatro Circo de Braga, pela **Sr<sup>a</sup>. Deputada do P.S.D., MARIA ESTER DA SILVA TAVEIRA**, revelando que, idealizado, pela primeira vez, em mil novecentos e seis, por um grupo de bracarenses liderado por Artur José Soares, concebido, depois, pelo génio criativo do insigne arquiteto João Moura Coutinho, o Theatro Circo de Braga abriu as suas portas em vinte e um de abril de mil novecentos e quinze, volvido um mês sobre a eclosão oficial da primeira vanguarda portuguesa - o primeiro Modernismo -, e coincidindo com um período de grande desenvolvimento económico e social em Braga. Cento e um anos decorridos sobre esse acontecimento de decisiva importância para a cultura local, na sequência de acertada decisão da atual equipa autárquica, Braga celebrou condignamente o primeiro centenário do seu Theatro Circo, daquela que era considerada a mais

*bela sala de espetáculos do país. Assinalando "O Século do Theatro", as comemorações, que abriram a vinte e um de abril de dois mil e quinze, com seis dias de eventos, decorreram durante todo o ano e terminaram no pretérito dia vinte e um de abril. No decurso de um ano efervescente, o Theatro Circo procurou renovar-se e afirmar-se na cidade, na região e no país. Mercê de uma programação diversificada, abrangendo a música, o teatro, a dança, o cinema, mas também conferências e exposições, dentre as quais se destacou o projeto Memória, a completar no próximo dia dezanove de maio, com a edição da monografia «O Theatro e a Memória», pelo Theatro Circo passaram mais de trezentos e cinquenta eventos, de produção local, regional, nacional e internacional, a que assistiram mais de cento e dois mil espectadores, número que ultrapassou as mais otimistas expectativas. Este denso ano comemorativo foi também tempo para investimento nos serviços educativos e na formação de públicos, num esforço de serviço e de aproximação à comunidade; para a melhoria da comunicação do Theatro com os públicos e com os media; para a implementação de um modelo de gestão visando a sustentabilidade do equipamento, pela diversificação das fontes de financiamento da empresa Teatro Circo de Braga, EM, S.A., designadamente pela via do mecenato e dos patrocínios privados; para o estabelecimento de parcerias com entidades locais, mormente a Biblioteca Pública de Braga da Universidade do Minho, a Arte Total, o Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, e de parcerias de âmbito nacional, concretamente a Fundação Calouste Gulbenkian e a Casa da Música, tão decisivas para a prossecução do plano de atividades da empresa; para o trabalho de fidelização de públicos e para a melhoria da acessibilidade aos espetáculos por parte da comunidade; em suma, foi também tempo para investir no futuro desta empresa, que pretendia bem servir culturalmente a cidade de*

Braga. Pelo exposto, o grupo municipal do Partido Social Democrata propunha à Assembleia Municipal de Braga, reunida em vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, a aprovação de um voto de congratulação pela elevada qualidade como foi, pela administração da empresa, particularmente pela sua administradora executiva, Cláudia Leite, e pelo seu diretor artístico, Paulo Brandão, promovida e desenvolvida a comemoração do primeiro Centenário do Theatro Circo. Posta à votação foi o referido voto de congratulação **aprovado por unanimidade**. Foi depois presente uma **Saudação** ao vinte e cinco de Abril, ao primeiro de Maio, aos quarenta anos da Constituição e aos quarenta anos das primeiras eleições democráticas do poder local, pela **Sr<sup>a</sup>. Deputada do P.S., ANA PAULA ENES DE MORAIS PEREIRA**, cujo conteúdo revelava que todos os que hoje estavam ali, eleitos pelo povo, foram chamados a celebrar essa madrugada que antecedeu o "dia inicial inteiro e limpo/Onde emergimos da noite e do silêncio /E livres habitamos a substância do tempo" - o dia vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. No regime de posto em mil novecentos e setenta e quatro, nada na lei distinguia já brancos de negros ou de qualquer outra etnia, mas as mulheres tinham um estatuto de semi- pessoas. Muito poucas eram mulheres com cursos superiores... as mulheres apenas tiveram direito de voto universal nas primeiras eleições pós- vinte e cinco de Abril, em mil novecentos e setenta e cinco. Muitos ficavam sem fala quando descobriam que, até mil novecentos e setenta e cinco, o Código Penal português consagrava os "crimes de honra", permitindo que um marido ou pai matasse a mulher adúltera ou as filhas menores de vinte e um anos se "corrompidas", sem mais castigo do que seis meses de desterro da comarca. Sem dúvida, a grande revolução do vinte e cinco de Abril era a mudança do estatuto da mulher em termos jurídicos. Era verdade que o vinte e cinco de Abril trouxe o direito a férias mas, passados

*quarenta e dois anos, havia ainda quem nunca tivesse tido um mês de descanso. Era verdade que a chegada da democracia a Portugal teve impacto no sistema de educação, mas o abandono escolar em Portugal era ainda um dos mais altos da União Europeia. Era verdade que o Serviço Nacional de Saúde foi uma das mais brilhantes conquistas, mas muitos portugueses continuavam sem acesso gratuito à saúde. Era verdade que a emigração era muito travada pelo Estado Novo. Apesar disso, quase dois milhões de portugueses passaram a fronteira a salto, a coberto da noite. Passadas quatro décadas, a emigração voltava a ser a solução para muitos jovens que cruzavam as fronteiras em busca de um futuro menos sombrio. Celebrar o vinte e cinco de Abril era hoje sinónimo de trabalho e luta pela concretização de todas as promessas, especialmente as que estavam adiadas para que cada dia dos portugueses fosse "inteiro e limpo". Era esse também o cenário do Dia Mundial do trabalhador, a um de Maio, data que teve a primeira celebração com quinhentos mil trabalhadores nas ruas de Chicago, e numa greve geral em todos os Estados Unidos, em mil oitocentos e oitenta e seis. Até esse dia longínquo, de mil oitocentos e oitenta e seis, os trabalhadores nunca pensaram em exigir os seus direitos, apenas trabalhavam. Hoje, caminhava-se num regresso a esses dias, por força da precariedade e do desemprego. Os eleitos socialistas saudavam todos os trabalhadores portugueses, especialmente aqueles que ainda não desistiram de lutar pelos seus direitos, enquadrados em estruturas sindicais. Era o momento para um carinho especial a todos os trabalhadores municipais de Braga. Eles eram dolorosamente discriminados, pela atual gestão do PSD/CDS que os obrigava a trabalhar quarenta horas por semana, quando os trabalhadores dos restantes treze concelhos do Distrito apenas trabalham trinta e cinco horas por semana. Essa discriminação prolongava-se um ano depois desta Assembleia Municipal ter aprovado uma recomendação para a aplicação das*

*trinta e cinco horas a que o Executivo municipal fez orelhas moucas. Este ano de dois mil e dezasseis assinalava também os quarenta anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa e os quarenta anos das primeiras eleições democráticas do poder local, duas enormes conquistas da Revolução dos Cravos que mantinham todo o seu esplendor e dinamismo. Constituição e poder local estão umbilicalmente ligados uma ao outro. Quando se comemoravam os quarenta anos da Constituição da democracia portuguesa, a tendência natural centrava a discussão na atualidade do texto. Colocada assim a questão, rapidamente se concluiria que as dúvidas tinham origem não em singularidades da Constituição portuguesa de mil novecentos e setenta e seis, mas em dificuldades que afetavam, por igual, as Constituições de Estado de direito democrático. Não era, portanto, um problema da nossa Constituição mas algo que afetava todas as Constituições nacionais. A desconfiança e o alheamento relativamente às formas tradicionais de fazer política, os novos movimentos sociais, os modos de comunicação ligados às novas tecnologias, eram manifestações de novos fenómenos dificilmente tidos em conta por Constituições oriundas de outro tempo, influenciadas por outras formas de conceber o mundo. Se este era hoje um dos tópicos da revisão constitucional, isso devia-se não à perda de atualidade mas ao facto de não termos respostas quanto à sua sustentabilidade. Apesar das inúmeras mutilações a que a Constituição da República Portuguesa foi sujeita ao longo destes anos, ela continuava a assegurar direitos, liberdades e garantias fundamentais ao povo português. Tanto assim era, que se não fosse a nossa Constituição tinha ido mais longe o ataque feito pelo governo do PSD/CDS nos últimos quatro anos, aos rendimentos e direitos do trabalho. Quando hoje existiam obstáculos que impediam os portugueses de aceder aos cuidados de saúde ou havia estudantes que*

*abandonavam o ensino superior por carência, significava que a nossa democracia estava empobrecida e que os direitos constitucionais não estavam a ser garantidos plenamente. O poder local, democrático, tal como hoje existia em Portugal, surgiu apenas em mil novecentos e setenta e seis, consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP) e nas primeiras eleições livres, a doze de dezembro de mil novecentos e setenta e seis. Se os municípios e as freguesias foram constituídos e mantinham-se até agora, basicamente sem alterações, pesasse embora o ataque unilateral à coesão social e geográfica das freguesias, imposta pela conhecida Reforma do Ministro Miguel Relvas, as regiões administrativas nunca chegaram a ser criadas. Numa primeira fase, as câmaras municipais percorreram a etapa das infraestruturas e equipamentos básicos: águas, esgotos, ruas e estradas, eletrificações. Mesmo sem meios financeiros uma vez que a Lei das Finanças Locais só foi publicada a dois de fevereiro de mil novecentos e setenta e nove, sem meios técnicos e sem máquinas. Os investimentos feitos permitiram uma alteração da vida das populações, melhorando as condições de higiene e saúde públicas, fomentando o aparecimento de alguma iniciativa local. Foi uma época de entusiasmo: construíram-se, sempre com o trabalho da população, equipamentos desportivos, arranjam-se e construíram-se escolas, espaços culturais, organizaram-se iniciativas culturais e desportivas, e o associativismo teve um enorme impulso. Em mil novecentos e oitenta e seis já estava confirmada a grande capacidade de investimento e a sua rentabilização social pelas autarquias locais: os sete por cento das despesas públicas totais dos municípios correspondiam a vinte e quatro por cento dos investimentos públicos totais. Uma nova fase resultou da adesão de Portugal à Comunidade Europeia e aos fundos de apoio financeiros comunitários que começaram a surgir nessa altura. As autarquias tornaram-se, já em dois mil*

*e sete, as grandes promotoras do desenvolvimento nacional, investiram mais do que o Governo; foram os primeiros contribuintes para o esforço do investimento público – quarenta e três vírgula nove por cento do investimento público apesar de receberem apenas onze vírgula um por cento das receitas do Estado - e eram os maiores responsáveis no desenvolvimento do país. Os eleitos do PS saudavam todos os autarcas de Braga e orgulhavam-se de terem dado corpo a este movimento imparável pelo progresso e desenvolvimento harmonioso do concelho de Braga mas não deixavam passar em claro uma enorme mágoa: todo o desenvolvimento tinha que ser equacionado num quadro regional, tarefa impossível enquanto não fosse efetuada a regionalização do território português. Era a pedra angular que faltava para construir esse modelo de desenvolvimento sustentável, onde o equilíbrio entre as vertentes económicas, social, cultural e ambiental fosse permanente. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., ARLINDO HENRIQUE LOBO BORGES**, para proceder à apresentação de uma **Moção**, subordinada ao tema “Pela defesa do trabalho efetuado pelo Ensino Particular e Cooperativo”, que começava por destacar que o CDS/PP aproveitava aquele momento da Assembleia Municipal de Braga para colocar em cima da mesa o debate sobre o papel das Instituições de Ensino Particular e Cooperativo na Educação. Braga tinha uma longa história no que dizia respeito ao ensino não Estatal que prestava serviço público de educação. O CDS/PP considerava que as escolas privadas eram também ensino público, acreditavam na autonomia das escolas e na liberdade de escolha das famílias do tipo de ensino que queriam para os seus filhos. No nosso concelho tínhamos uma escola que, não sendo do Estado, era da Comunidade. Falava do Externato Infante D. Henrique que se localizava na freguesia de Ruilhe. Essa escola nasceu e cresceu numa zona do concelho onde não existia qualquer oferta de ensino propriedade*

*do Estado. Durante anos fez um caminho de crescimento e fortalecimento da Educação nessa zona do concelho. Mas essa escola tinha uma característica única no nosso concelho que era o Contrato de Associação estabelecido com o Ministério da Educação. Ou seja, embora sendo uma escola privada, fazia oferta de ensino público. Era unânime que o trabalho desenvolvido por essa escola era de grande qualidade. Isso estava plasmado nas palavras de apoio que recebiam dos pais e encarregados de educação, mas também das várias entidades existentes nas freguesias das quais provinham os seus alunos. Com a atual equipa governativa foi declarado o ataque a esse sistema de ensino. O que serviu para colmatar a falta de oferta do Estado durante cerca de trinta anos era agora ignorado e atacado, com possibilidade de corte de turmas que poderiam rondar os cinquenta por cento. Depois de ter sido realizado o primeiro concurso público para a atribuição de turmas, que dava a estabilidade de três anos a estas escolas para se organizarem e prepararem o futuro, o atual executivo vinha agora defraudar essas expectativas. Este era um ataque de morte ao Ensino Particular e Cooperativo e que poderia levar à extinção de muitas dessas escolas, com conseqüente prejuízo aos alunos às famílias e à comunidade, bem como o desemprego para os professores e funcionários. O Governo pretendia assim acabar com a escolha dos alunos, criando enormes prejuízos para o seu percurso educativo e obrigando a transferências em massa para outras escolas que mesmo não sendo a sua primeira escolha, não estavam localizadas em áreas geográficas acessíveis. Estava em causa dezenas de postos de trabalho nessa escola, desde docentes e não docentes, podendo no limite levar ao encerramento do estabelecimento de ensino, por falta de viabilidade financeira. E era todo um concelho que ficava mais pobre e com mais desemprego. Mas era especialmente uma freguesia que tinha um núcleo de serviços e pequenos negócios ancorado*

nessa escola que iria morrer. Estava em causa muito mais que uma deslocação de alunos; era toda uma comunidade que era atacada. Não poderiam ali deixar de alertar todas as forças políticas para aquele cenário que se lhes apresentava. Era demasiado grave para o nosso concelho, pois além de uma escola com o prestígio que tinha o Externato Infante D. Henrique, era toda uma dinâmica cultural e económica, criada na freguesia de Ruilhe e vizinhas, que se iria perder. Este foi apenas um ponto que quiseram acrescentar a esta Assembleia Municipal, e deixavam ali o compromisso de que, através dos seus Deputados na Assembleia da República, iriam bater-se para que esses projetos educativos tivessem futuro e evitar o ataque a toda uma comunidade. Assim a Assembleia Municipal de Braga reunida em Sessão no dia vinte e nove de abril deliberou: Um - Apelar para que, em nome da estabilidade, previsibilidade e confiança no Estado, fosse respeitado o concurso público realizado no ano de dois mil e quinze, dando condições para que as escolas funcionassem normalmente até ao fim do prazo definido nesse concurso; Dois - Um voto de solidariedade a toda a comunidade educativa do Externato Infante D. Henrique; Três - Que fosse dado conhecimento desta moção aos diversos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Presidente da República. Posta à discussão, começou por usar da palavra a **Sr<sup>a</sup>. Deputada da C.D.U., CARLA MARIA DA COSTA E CRUZ**, para dizer que, em nome do Grupo Municipal da CDU, ia ali chamar a atenção para a hipocrisia com que acabaram agora de assistir da intervenção do Sr. Deputado do CDS-PP. Importava recordar que foi no governo do PSD/CDS-PP, aliás, onde o Sr. Deputado foi membro do gabinete de apoio ao Ministério da Educação, que foi alterada a área de território educativo. Porquê? Porque até, inclusive, alterou as freguesias extinguindo as freguesias. Mas mais, o Sr. Deputado foi ali hoje mostrar uma preocupação com o ensino particular e o

*ensino cooperativo, que até era irrisório dizê-lo, porque foi candidato à Junta de Freguesia de Cabreiros, que tinha uma escola pública, que era afetada por aquelas medidas. À CDU, ao Partido Comunista Português, aos Verdes e aos Independentes que integravam a Coligação, nada os movia contra a Alfacoop ou contra qualquer escola privada ou cooperativa. Aliás, esse interesse e essa preocupação que manifestavam resultava, aliás, de terem já reunido quer com professores, quer, inclusive, terem respondido a um repto que foi lançado pelo Diretor do Externato e que responderam, frontalmente, com aquilo que sempre disseram. Mas, aquilo que os movia era a defesa da Constituição da República Portuguesa, o que os movia era a defesa da Lei de Bases do Sistema Educativo. E dizia essa lei, dizia a Constituição da República Portuguesa, que competia ao Estado assegurar a escola pública. E em regime de complementaridade e suplementaridade haveria lugar e espaço à escola privada, à escola cooperativa. E era esse espírito, e não aquele que o Sr. Deputado do CDS-PP ali quis fazer passar, que era a sua intervenção. E foi o Sr. Deputado dizer que, agora, no novo quadro político da Assembleia da República, saído das eleições de quatro de outubro, que se queria fechar as escolas. Nada mais falso. Aquilo que foi aprovado e aquilo que estava a ser aplicado era, primeiro, e o Sr. Deputado devia saber isso, uma avaliação daquelas que eram as escolas que deviam continuar a permanecer na rede e as escolas que não cumpriam esses critérios. Segundo, era falso estar ali a dizer, que se iam encerrar as escolas. Estava prevista a aplicação gradual daquela recomendação. O que isso significava e era o que estava na lei era que todas aquelas crianças que iniciaram um determinado ciclo, e passava a explicar, se hoje uma criança entrou no quinto ano, para o ano continuava nessa escola de contrato de associação, terminando o sexto ano, terminando o segundo ciclo. Se hoje estava no sétimo ano, continuava até*

*terminar o nono ano. Era isso que estava previsto. Mas mais, importava saber que à medida que iam crescendo os alunos nas escolas particulares e cooperativas, iam diminuindo os alunos na escola pública. E iam a números: Tadim – a Escola Básica dois três de Tadim, tinha menos de trezentos alunos no segundo e terceiro ciclos; Cabreiros – tinha cerca de quatrocentos alunos no segundo e terceiro ciclos. Tinha sistematicamente vindo a perder alunos. Ora, perdendo alunos, perde financiamento, perdia capacidade. E aquilo que diziam era que havendo oferta pública, estavam ali claramente no âmbito da oferta pública, essas crianças tinham resposta e competia ao estado dar essa resposta, sem prejuízo, obviamente, e sempre o disseram, das escolas privadas, das escolas de contrato de associação que fizessem falta, essas iriam continuar. Aquelas que desenvolviam um bom trabalho, certamente que, nesse processo de avaliação, seriam avaliadas. Iriam permitir que se cumprisse a lei e não aquilo que o PSD/CDS-PP fizeram ao longo de quatro anos, que foi mudar a lei para prejudicar a escola pública em benefício da escola privada. Interveio posteriormente o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE TADIM, SR. MANUEL PEREIRA DE FARIA**, para referir que o Sr. Deputado do CDS-PP foi ali defender a Alfacoop, onde o interveniente foi aluno e via muita gente preocupada com a Alfacoop, que iria fechar. Não estava de acordo que ela fechasse, mas não via muita gente preocupada com a EB dois três de Tadim. Ao contrário do que a Sr.<sup>a</sup> Deputada do PCP disse, a escola de Tadim não andava a perder alunos, teve um aumento de quinze alunos de dois mil e catorze para dois mil e quinze, mas de qualquer maneira, não houve uma redução. Estavam preocupados com a escola, devendo dar-lhe condições, porque era já antiga e fazia ali um apelo ao Sr. Presidente da Câmara que desse condições à escola e também tinham área geográfica para aumentar a sua capacidade. Não deviam*

dar todos os trunfos à Alfacoop, uma cooperativa privada, e a escola EB dois três de Tadim, inserida na mesma área geográfica, perder alunos. Era uma recomendação que fazia, que se desse qualidade à escola, condições físicas e as condições do pessoal docente também aumentariam com certeza. Passou a usar da palavra o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, SR. JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que aquele era um tema extremamente sensível e muito preocupante. Um problema que advinha da baixa de natalidade que, efetivamente, colocava ali em questão uma visão ideológica da sociedade. Se, efetivamente, se privilegiasse o ensino privado, quer fosse cooperativo ou de outra natureza, quer aquele que era o ensino público. Todos sabiam como nasceram os contratos de associação. Nasceram bem, para dar resposta à sobrelotação das escolas, quando a globalização do ensino aconteceu. Mas, a verdade, era que a Constituição, como ali já foi dito, previa que o ensino público não podia ser prejudicado naquilo que era a sua função. Preocupava-os, naturalmente, os professores, os funcionários da Alfacoop, do Externato Infante D. Henrique, como também os preocupava os professores da Escola EB dois três de Tadim e da Escola EB dois três de Cabreiros e, por isso, era que aquela era uma questão extremamente delicada, onde qualquer posição poderia ser lesiva de interesses. Mas, a verdade, era que tinham que respeitar a Constituição. E os Socialistas defendiam a escola pública e, portanto, cumprida que estava a missão de cada um e, nomeadamente, dos colégios, que fizeram um excelente trabalho, no qual se incluía o Infante D. Henrique, tinham que perceber que não iria fechar, iria lutar, naturalmente, para continuar a ter, aliás, a lei previa que não houvesse, neste momento fecho. O que acontecia era que os alunos iriam todos continuar até terminar o ciclo. Percebia a preocupação do Dr. João Granja, mas a verdade era que ele não estava a pensar, também, nos professores do ensino

público, nos funcionários, porque, da forma como estava a falar, parecia que eles não eram filhos de Deus e não tinham direito à vida e à profissão. Por isso era que tinha dito no início, que era uma que era uma questão muito sensível, mas que a Constituição determinava e a legislação também previa que iria ser feito. Portanto, aquilo não era o fecho. Era, efetivamente, a legalização de uma situação, que a lei obrigava. O PS estava preocupado. Era uma situação muito sensível. Era uma situação fraturante, mas a verdade era que se tivessem que escolher entre dois mundos, escolheriam a causa da escola pública. Não havia o encerramento agora. Havia uma avaliação, como ali já tinha sido dito e o que propunha era que dada a sensibilidade, que baixasse à Comissão da Assembleia Municipal, para com mais calma analisarem toda a legislação e a partir daí poder emitir um parecer. As Comissões existiam para isso. Entretanto, pedia também que a moção fosse votada, caso não baixasse à Comissão, ponto por ponto, por haver algumas situações com as quais estariam de acordo e outras que não. Dizer isso em abono daquilo que era a escola pública, por haver uma coisa que todos reconheciam, a escola pública tinha defeitos e virtudes, mas a escola do ensino cooperativo ou privado tinha mais defeitos, se calhar, do que virtudes. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., ARLINDO HENRIQUE LOBO BORGES**, para reler o ponto da moção, por parecer que esteve ali a fazer um ataque à escola estatal. Era de Cabreiros, estudou na C mais S, na altura, de Cabreiros, sabia bem da situação da escola, mais por causa dos miúdos da Pousa que estavam a ser desviados para Manhente. Se conhecessem aquele território, saberiam que não existia redes viárias diretas entre Cabreiros e Ruilhe. Mas iria reler o ponto em questão: “Apelar para que, em nome da estabilidade, previsibilidade e confiança no Estado, fosse respeitado o concurso público realizado no ano de dois mil e quinze, dando condições para

que as escolas funcionassem normalmente até ao fim do prazo definido nesse concurso”. Foi esse o ponto que apresentou para votação. Não estavam a dizer que se prejudicasse uns em detrimento dos outros. Relativamente ao referido pela Sr<sup>a</sup>. Deputada da CDU, esteve no Gabinete do Ministério da Educação na legislatura anterior e não foram alteradas áreas geográficas nenhuma, até porque elas não existiam para as escolas com contratos de associação. Porque, como deveria saber, existem agrupamentos que, no caso da freguesia de Ruílhe, fazia parte do agrupamento de Tadim, por estar no território. Por outro lado, ficou contente por uma coisa, a Sr<sup>a</sup>. Deputada disse que iriam respeitar o bom desempenho escolar e isso era um bom prenúncio e acreditava e sabia que o Infante D. Henrique tinha um excelente desempenho escolar, por isso seria respeitado, também, os alunos que lá estavam e os três anos que o concurso foi criado. A aprovação do Tribunal de Contas, pela primeira vez, desde que havia particular e cooperativo, desde que havia contratos de associação, houve um concurso, foi visto do Tribunal de Contas e por isso, via que a Sr<sup>a</sup>. Deputada, iria votar favoravelmente aquele ponto, porque não havia ali nenhum ataque à escola estatal. Registou-se, novamente, a intervenção do **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, SR. JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para realçar que, se o voto deliberativo fosse aquele que o CDS-PP foi agora ali falar, achava que a moção deveria ser retirada, porque o Governo já tinha afirmado que iria cumprir com isso. Portanto, não fazia nenhum sentido. A Sr<sup>a</sup>. **PRESIDENTE DA MESA** informou que o Grupo Municipal do CDS-PP não aceitou a desagregação. Posta à votação foi a referida moção **aprovada com trinta e sete votos a favor; com vinte e cinco votos contra e com cinco abstenções**. A palavra foi dada à Sr<sup>a</sup>. Deputada da C.D.U., **CARLA MARIA DA COSTA E CRUZ**, para, numa **Declaração de Voto**, referir que se viu bem qual

*era o interesse e a solidariedade do CDS para com a Alfacoop, porque o PCP, a CDU pretendia, e essa era a prática naquela casa, a desagregação por pontos, porque manifestavam toda a solidariedade para com os professores, para com os pais e para com os alunos daquele Externato. E, além do mais, seriam destinatários daquela moção e teriam todo o gosto de votar favoravelmente esse ponto. Obviamente que votariam contra o ponto um e era essa a razão do pedido de desagregação. Mas gostaria de referir que a sua declaração de voto cumpria a intervenção que fez inicialmente, mas aproveitava, também, para ler a troca de correspondência que teve como Sr. Presidente do Externato e como tinha escrito para a Assembleia da República, era público, dizia: “o Externato Infante D. Henrique localiza-se na freguesia de Ruílhe, do concelho de Braga, embora o seu território de intervenção educativa abranja, desde há décadas, freguesias do concelho de Braga, de Barcelos e de Vila Nova de Famalicão. De resto, esse território de intervenção educativa tem sido sempre reconhecido e respeitado em diversos documentos formais pela administração educativa e pelas autarquias. No referido aviso de abertura do procedimento concursal, ‘área geográfica de implantação da oferta, incluía as freguesias de uniões de freguesias de Ruílhe, Arentim, Cunha, Tadem, Priscos e Tebosa, abrangendo o concurso, quanto ao número de turmas a abrir nos anos iniciais de ciclo em que cada um dos anos letivos de dois mil e quinze, dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete..., turmas de quinto, sétimo e três turmas do décimo ano’. Solicitamos através da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo a correção da área geográfica definida, porquanto”. Estavam a ver que tinha razão, que tinha sido alterada a área geográfica. Mas não foi agora, mas anteriormente. “Por um lado, as freguesias de Arentim e Priscos integravam, desde há vários anos, a área de influência pedagógica EB dois três de Tadem e, por outro lado, faltavam nesta*

*descrição as freguesias de Nine, de Cambeses, sempre que foram reconhecidas como integrando a área de influência pedagógica do Externato”. A CDU tinha razão, e não mentia, rematou a mesma Deputada. Usou, novamente, da palavra o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, SR. JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para salientar que se tinha ficado a conhecer a verdadeira intenção da Moção do CDS-PP. Em primeiro lugar, quebrou uma regra daquela casa e a quebra de regras trazia, muitas vezes, danos, que seriam irreparáveis, sob o ponto de vista do diálogo político. Em segundo lugar, aquilo que estava em questão era a continuação de um contrato e esse estava assegurado. O que quiseram ali foi provocá-los para votarem contra e obrigaram-nos a isso, em nome da defesa da escola pública. Era evidente que estavam solidários com os professores, com os funcionários, com os alunos e encarregados de educação do Externato Infante D. Henrique. Mas também estavam solidários com os pais, com os professores e os alunos da escola de Tadim e da escola de Cabreiros. O verdadeiro interesse, que quiseram, foi mais uma atitude política, de arremesso político contra este governo, relativamente àquilo que eram as suas políticas de educação, porque não estavam preocupados, efetivamente, com aquilo que era o voto deliberativo, que era a continuidade do contrato, porque essa estava assegurada. Usou ainda da palavra o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, para dizer, que cria, que tinha ficado muito claro aquilo que era a moção que o CDS-PP ali apresentou e aquilo que foi a votos. E o Sr. Deputado Henrique Borges referiu, por duas vezes, aquilo que foi a votos. Cria que o facto de votarem de forma agregada, em nada obstava em que os Senhores Membros da Assembleia Municipal, com direito a voto, votassem de forma agregada os três pontos, porque em bom rigor só havia um que relevava para a deliberação daquela*

mesma Assembleia, designadamente, o primeiro ponto que dizia: “Apelar para que, em nome da estabilidade, previsibilidade e confiança no Estado, fosse respeitado o concurso público realizado no ano de dois mil e quinze, dando condições para que as escolas funcionassem normalmente até ao fim do prazo definido nesse concurso”. Aparentemente, porque o segundo ponto era mostrar solidariedade para com a escola e o terceiro ponto era dar nota disso aos Grupos Parlamentares e a dois órgãos de soberania, designadamente, o Governo e o Sr. Presidente da República. Portanto, para esse ponto, o P.S., a C.E.M. e a C.D.U., votaram contra, ou seja, o Partido Comunista, o Partido Socialista e a C.E.M. estavam contra os princípios da estabilidade, da previsibilidade e da confiança no estado. E já agora, Sr. Membro Municipal João Nogueira, se havia partido que estava habituado a quebrar aquilo que eram as regras de convivência democrática, designadamente, no Parlamento da república, olhasse para o seu partido e visse o que fez, a forma como constituiu este atual governo, a partir da quebra, precisamente dessas regras, durante quarenta anos, de que, quem ganhava eleições, governava. Percebia o incómodo da oposição na Assembleia Municipal de Braga em ouvir a verdade, que era, lamentavelmente, essa. Foi isso que votaram e foi isso que votaram contra. Naturalmente que a população de Braga saberia aquilo que fizeram, que estavam contra a previsibilidade, a estabilidade, a confiança no Estado e, sobretudo, o respeito pelo concurso que foi feito em dois mil e quinze. Foi isso que tinham votado contra e não valia a pena com esse ruído tentar abafar aquilo que foi a sua decisão consciente. A **SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA MESA** lembrou que as declarações de voto, deveriam ser isso mesmo e não declarações políticas. Posteriormente interveio a **Sr<sup>a</sup>. Deputada da C.D.U., CARLA MARIA DA COSTA E CRUZ**, para apresentar uma **Moção** sobre o quadragésimo segundo aniversário da Revolução de Abril e Primeiro de

*Maio que dizia: Considerando que se assinalavam este ano o quadragésimo segundo aniversário da Revolução de Abril e o quadragésimo aniversário da Constituição da República de Portugal liberto da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia; Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações; Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril; Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores atos de afirmação de soberania e independência nacionais; Considerando que a Revolução de Abril e, posteriormente a Constituição da República, consagrou o direito ao trabalho e ao trabalho com direitos; Considerando que os Valores de Abril permaneciam bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a Constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização, continuava a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituíam elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz; Considerando que comemorar o Primeiro de Maio - Dia Internacional do Trabalhador - era um momento alto para reforçar, defender, repor e conquistar direitos nas áreas do emprego, da contratação coletiva, dos salários, das trinta e cinco horas semanais e dos serviços públicos. A Assembleia Municipal de Braga, reunida a vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, deliberou: Um - Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estavam consagrados na*

*Constituição da República Portuguesa e eram base para uma política que servisse Portugal e os portugueses. Dois - Apelar aos trabalhadores, aos eleitos autárquicos, ao movimento associativo e à população para se associarem às comemorações do Primeiro de Maio, na afirmação dos direitos dos trabalhadores. Posta à votação foi a referida moção **aprovada por unanimidade**. A palavra foi depois dada à Sr.<sup>a</sup>. **Deputada da C.E.M., PAULA CRISTINA BARATA MONTEIRO DA COSTA NOGUEIRA**, para proceder à apresentação de uma **Recomendação**, subscrita pelos três Grupos Municipais, C.D.U., C.E.M. e P.S., que revelava que o Salão Recreativo Bracarense foi construído em mil novecentos e dezassete. Sabia-se que em mil novecentos e vinte e quatro já estava a funcionar como sala de espetáculos. Sofreu várias obras de adaptação ao longo dos tempos, sendo as mais relevantes as de mil novecentos e quarenta e oito – cinquenta que lhe deram a atual configuração e denominação: S. Geraldo. Mantinha hoje, apesar de desativado, praticamente toda a estrutura principal do projeto original. O edifício foi palco de inúmeros eventos culturais, funcionando durante décadas como segunda sala de espetáculos da cidade. Estava em relativo bom estado de conservação carecendo, contudo, de obras de reabilitação que lhe permitissem cumprir a legislação em vigor. Esta longa herança, insubstituível, podia constituir-se como uma marca forte da cidade, fosse no posicionamento de Braga no Top dez Ibérico a nível cultural - como a Câmara Municipal desejava que acontecesse até dois mil e vinte e seis -, fosse no âmbito do cruzamento entre o setor cultural e as media arts, assegurando a maior competitividade da cidade e afirmação da sua identidade única. Na verdade, era esse o desígnio da alínea e) do artigo terceiro do Decreto-Lei número trezentos e sete barra dois mil e nove de vinte e três de outubro (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana), que estabelecia, como objetivo da reabilitação urbana, a afirmação dos "valores*

*patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana". O edifício estava inserido na ARU do Centro Histórico, sujeita a uma Operação de Reabilitação Urbana Sistemática e enquadrada por um Programa de Reabilitação em vigor, que previa a manutenção do programa cultural (reconversão em auditório) e não a sua destruição. O recente Concurso de Ideias promovido pela Câmara Municipal, para a Regeneração Urbana da Avenida da Liberdade, incluiu a reabilitação de edifícios emblemáticos como o do S. Geraldo. Em resposta a esse desafio, os três profissionais de arquitetura premiados propuseram a manutenção da função cultural do edifício. O projeto vencedor propôs a criação de um interessante e inovador "Quarteirão das Artes", que englobaria o Theatro Circo, o Centro Comercial Santa Cruz, o edifício do Pé Alado e o do S. Geraldo, mantendo este último a "função de sala de espetáculos e cinema, depois de remodelado para diferentes usos". O projeto de arquitetura tornado público para o conjunto Pé Alado e S. Geraldo e que se encontrava em fase de licenciamento previa, no entanto, a mudança de programa e a destruição total do espaço, com ele se perdendo uma marca forte em que Braga poderia apostar. O projeto denominado "Mercado S. Geraldo" dificilmente contribuiria para a competitividade da cidade e arriscava-se, à semelhança de outros espaços comerciais, surgidos nas últimas décadas nas imediações, a ser um problema a curto prazo, para a cidade, a juntar aos inúmeros centros comerciais de primeira, segunda e terceira geração. Além disso, a mera manutenção da fachada, vulgo "fachadismo", ainda mais de um edifício histórico, embora de linhas simples, não se enquadrava numa política de reabilitação e salvaguarda do Centro Histórico. Aliás, no caso do Salão Recreativo/S. Geraldo era o seu interior que tinha valor. Em particular a grande sala, o palco e a teia que lhe conferiam um potencial único e diferenciador como cineteatro. A candidatura a*

*fundos comunitários podia constituir uma oportunidade única de reabilitação desta sala, devendo ser estudadas todas as possibilidades de o fazer em breve, e a baixo custo, sem prejuízo da definição de uma estratégia a médio prazo, para a criação de Quarteirão das Artes. Como era público, diversas associações, grupos de cidadãos, movimentos políticos tinham manifestado sérias preocupações com a perda desta sala de espetáculos sem a devida ponderação. O processo não se encontrava ainda licenciado e o proprietário do edifício, a Arquidiocese, era um parceiro privilegiado para o diálogo, atenta a sua missão social e o seu antiquíssimo papel na História da cidade. O recente parecer favorável da DRCN no processo de licenciamento, tornava urgente que se encontrasse uma solução que impedisse a demolição da histórica sala. Por outro lado, o Perito Avaliador, Engo. António Moreira dos Santos, através do resultado da média aritmética de três métodos de cálculo, determinou o valor comercial do imóvel relativo ao S. Geraldo, com a configuração atual (excluindo o Pé Alado), em setecentos e doze mil euros, conforme documento anexo. Nas últimas semanas três das principais cidades do País apresentaram ou inauguraram projetos culturais ambiciosos que as iriam destacar das demais cidades: antiga fábrica do Exército no Beato (que a Câmara de Lisboa queria adquirir), antigo matadouro de Campanhã (a reabilitar pela Câmara do Porto) e o Convento de S. Francisco (reabilitado pela Câmara de Coimbra). Considerando o risco da criação de mais uma infraestrutura comercial fracassada e a iminência da perda de um espaço cultural, que poderia ser associado com enormes vantagens ao Theatro Circo, reforçando a posição cultural de Braga, os grupos municipais do PS, CDU e CEM propunham que a Assembleia Municipal de Braga, na sua sessão ordinária realizada em vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, deliberasse recomendar à Câmara Municipal de Braga que interviesse no sentido de: Um - Impedir a iminente*

demolição do edifício centenário do S. Geraldo e, conseqüentemente, do edifício do Pé Alado, através de: a) - negociação da extensão do contrato de arrendamento, com opção de compra previsto para o edifício do Pé Alado, ao edifício do S. Geraldo, assegurando a possibilidade de aquisição a todo o tempo de ambos; ou b) - negociação da aquisição do edifício do S. Geraldo, tendo como base o valor resultante da avaliação referida, com o preço a pagar em dez prestações anuais; ou c) - estudar outras soluções jurídicas que salvaguardassem um programa cultural. Dois - Enquadrar uma reabilitação do S. Geraldo numa candidatura a apoios comunitários, e caso não fosse possível, estudar uma reabilitação simples do edifício sem alteração do programa; Três - Propor a discussão pública alargada dum modelo de gestão, eventualmente, em parceria com agentes culturais; Quatro - Propor a discussão pública alargada de um projeto, a médio prazo, da criação de um Quarteirão das Artes, constituído pelos edifícios do Theatro Circo, S. Geraldo, Pé Alado, Casa dos Crivos e outros edifícios ou frações, nomeadamente do Centro Comercial Santa Cruz. Posta à discussão, começou por usar da palavra o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, SR. JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para referir que, há pouco, todos se congratularam com o centenário do Theatro Circo. Em devido tempo o P.S. comprou e recuperou aquele espaço. À Coligação PSD/CDS-PP só se pedia uma coisa, comprassem-no e fizessem aquilo que o PS fez. Era aquilo que a cidade de Braga exigia. Era aquilo que uma política de cultura que o PSD/CDS-PP perseguiram, tinha como missão e tinha como espaço aquele espaço. Aquela não era uma recomendação hostil. Era uma recomendação que contribuía para aquilo que era o desenvolvimento e expansão da cultura na cidade de Braga. Deviam passar das palavras aos atos, acrescentar, dar mais-valia e, se calhar, fazer com que um

quarteirão cultural, naquela zona, pudesse ser, também, um processo de reabilitação urbana, que fosse uma âncora de revitalização para a economia do centro da cidade, combatendo a desertificação. Como viam, era tão simples. Era só seguir os bons exemplos e os bons exemplos deviam ser seguidos. Registou-se depois a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, que começou por revelar que, seguramente, era o sonho de qualquer Câmara poder ter soluções para todos os problemas e era o sonho de qualquer Executivo comprar qualquer edifício, que justificasse a sua reabilitação ou que pudesse ser integrado no vasto património da nossa cidade, para o colocar à disposição dos munícipes e para o recuperar de forma integrada. Mas, gerir um Executivo, que tinha recursos finitos, muito condicionados por uma estrutura de custos pesada e que era conhecida, deixava uma determinada margem, para poder cumprir o seu programa. E era, seguramente, excelente que duma assentada a Câmara comprasse o edifício da rua do Castelo, que comprasse as Carvalheiras, que adquirisse a D. Luís de Castro e a recuperasse. Era perceptível isso. E, aliás, o Sr. Deputado Municipal, Nuno Alpoim, disse, e muito bem, e agora permitia-se fazer uma referência ao deputado João Nogueira, de facto estava num afã de aquisição, e perguntava-lhe, esteve lá trinta e sete anos, porque não comprou, se aquilo já estava parado há vintes anos? E tinham aprovado, para lá, projetos tão estranhos, como um silo auto, que até tinha na parte à superfície e enterrada. Tiveram projetos aprovados com maior volumetria construtiva. Era preciso ter memória! Se calhar, era por isso que, naquele processo, estava atrás da geringonça. Não davam a cara, porque tinham um currículo pesado na história, mas se quisessem que se aprofundasse a matéria, tinha ali os elementos. Se calhar era por isso que não apareciam a liderar o processo. Era preciso ter memória. Tinha ali os elementos. Se fosse preciso,

*abriria o livro. Essa não era, de facto, a questão essencial. A Câmara tinha que definir prioridades e definiu-as e definiu-as bem e a reabilitação urbana era uma prioridade. Ricardo Rio disse-o em Executivo e explicou bem que via aquele projeto como a possibilidade de reconhecer numa opção em que um privado iria regenerar aquele espaço que estava há mais de vinte anos fechado e em degradação progressiva. E era preciso explicar às pessoas que o piso de entrada estava todo escavado, estava todo em terra, parte do telhado já ruiu e apenas tinha o balcão e parte do palco. Por isso, era preciso explicar às pessoas que esse era, hoje, o estado do S. Geraldo, com os seus oitocentos lugares. Esteve lá esta semana e desafiava qualquer pessoa a visitá-lo consigo, porque estava disponível para o fazer, se não fosse verdade o que estava a dizer. Aliás, fez questão de pedir à Arquidiocese, porque sabia que aquela questão iria ser ali levada, e queria perceber a autenticidade de alguns vídeos e de algumas imagens, que já tinham musgo, mas que estavam a ser apresentadas, como sendo de ontem. Para dizer que, quando a Câmara dizia, havia operações de reabilitação urbana, esta era uma prioridade do Executivo, tinham que reconhecer que nos casos em que os privados queriam regenerar o tecido urbano, a Câmara não podia fazer tudo, naturalmente que saudava, aplaudia, que exigia qualidade, que criava restrições, ao contrário dos antecessores e pedia que preservassem elementos essenciais, como era o caso da fachada que, obviamente, todos reconheciam. E era preciso ter presente, dado o estado de degradação, a volumetria, a capacidade construtiva, que avaliar aquele espaço que permitia oito mil metros quadrados de construção, avaliar em setecentos mil euros, metade do que avaliaram os técnicos da Câmara o “Pé Alado”, só podia justificar uma gargalhada, porque a coisa ou não era séria, ou, provavelmente, avaliaram o “hall” e as bilheteiras. Era importante dizer, também, que a partir do momento*

*em que o privado apresentou uma proposta, nos termos da lei, não havia sustentação legal, para que o Município obstasse à inviabilização de tudo aquilo que ali se queria fazer. Não era por acaso que os três projetos que já existiram para aquele espaço, já tiveram pareceres favoráveis, nomeadamente da arquitetura da Câmara, em relação àquelas pretensões. E era importante que se dissesse que só não prosseguiram, um, por causa dos pareceres das entidades externas e os outros dois, porque os promotores desistiram da ideia. Foi isso que aconteceu ao longo dos últimos anos. Era importante que se dissesse que o que estava em causa, ali, não era a salvaguarda do património que estava destruído, seria, quando muito, a memória daquilo que ali aconteceu. Mas perguntava-lhes, fazia sentido, era sustentável uma sala de oitocentos lugares, numa cidade que tinha hoje a oferta que tinha? Que tinha uma série de salas para o cinema, uma série de salas de cinema no Braga Parque, no novo centro comercial, no Centro Comercial Bragashopping, já chegou a dispensar salas e a prescindir de espaço porque já não tinha clientes para elas. E era preciso ter a noção que não podiam andar no mundo das nuvens e no quadro das prioridades, ter um projeto daquela natureza, com aquela dimensão, tinha que ser sustentável. Não era só comprar. Não era só recuperar. Era preciso mantê-lo, animá-lo, sustentá-lo. E sabiam a dificuldade que tinha sido, a viabilização tripartida, privados, Governo, Câmara, para assegurar o Teatro Circo de qualidade. Achavam que a sociedade civil podia suportar, ou os privados, um projeto daquela dimensão, com a qualidade ao nível do que tinham no Teatro Circo? Isso era possível? Isso era realizável? Era sequer sonhável? O seu entendimento era que não. Razão pela qual tinham o máximo respeito pela pretensão do privado e daí a intervenção restritiva, corretiva, pedagógica, do diálogo que tinha efetivado com o promotor, para salvaguardar elementos fundamentais do projeto que ali se estava a desenvolver.*

*Era importante e havia abertura da sua bancada, para conversar sobre aquela problemática, sobre esse tema, mas face a propostas realizáveis, passíveis de ser implementáveis e não em sonhos sem sustentação, que só serviam para ser cavalgados politicamente, porque em termos de sustentação e de viabilidade, infelizmente, não tinham pernas para andar, razão pela qual iriam votar contra aquela recomendação. A palavra foi dada à **Sr<sup>a</sup>. Deputada da C.E.M., PAULA CRISTINA BARATA MONTEIRO DA COSTA NOGUEIRA**, que começou por pedir desculpa, mas nunca abusou da Assembleia Municipal e tentava ter uma postura correta perante aquela Assembleia e dignificar o seu mandato. Evidentemente, que sempre que ali ia, pedia tempo a outros Grupos Municipais, e todos, sem exceção, já deram tempo à CEM e iria falar no tempo que lhe foi gentilmente cedido pelos Autarcas Independentes. Posto isso, queria dizer uma coisa, era engraçado verem a bancada do PSD tão atrapalhada ao fim de tão pouco tempo de maioria, até mesmo um homem experiente como o Sr. Deputado João Granja. Apenas queria recordar uma coisa que foi dita na última Assembleia. O Sr. Presidente da Câmara, dirigindo-se à comunicação social, no final da Assembleia, disse à RUM, e corrigissem-na se não estava a ser completamente rigorosa, que se a Deputada Paula Nogueira tivesse uma avaliação mais generosa, a apresentasse, talvez a Câmara equacionasse. Não valia estar ali a pôr em causa o trabalho dum engenheiro, dum avaliador, porque aquela Geringonça tinha pelo menos um mérito, apresentou uma avaliação feita por um perito do Tribunal e todas as pessoas ali lhe mereciam respeito. Os cinco milhões do Sr. Presidente da Câmara, ninguém sabia de onde vieram, porque tinham desafiado o Sr. Presidente a mostrar essa avaliação e até hoje não tinham conhecimento dela. Ali sabia-se, foi tornado público, como chegaram aos setecentos e doze mil. Mas esses sabiam. Mas havia uma coisa que ali ninguém*

sabia, com o Sr. Presidente chegou aos cinco milhões. Isso não sabia. O problema era o preço, era ser muito caro ou era não ter mesmo vontade nenhuma de dialogar, apesar de ser esse o discurso? Porque essa era a questão. E era isso que estava também em causa. Era se realmente a capa da democracia, da auscultação dos outros, era para ser levada a sério, ou era só uma vestimenta que se vestia para se ficar bonito na fotografia, mas depois, quando chegava a hora da verdade, quando os problemas se tornavam complexos, quando as opiniões eram diversas e não iam, exatamente, ao encontro daquilo que assim entendiam, que era difícil porem-se a negociar. Essa era para si a questão. Também não era bonito que um autarca, ainda por cima um homem jovem, que quase que nasceu com a democracia, ter tiques tão pouco democráticos e dizer que era uma coisa de uns quantos. Fossem quais fossem os quantos, a opinião das pessoas, dum grupo grande ou pequeno, que não era capaz de contar, valia ou não valia? Achava que valia. Deixassem de amesquinhar o debate político e falassem de coisas substanciais. Não estavam a pedir o céu. Não estavam em tempo de destruir equipamentos culturais. Ílhavo, ainda agora, na aldeia da Vista Alegre, um concelho tão pequeno, recuperou o cine teatro da Vista Alegre, já para não falar dos exemplos que havia referido anteriormente na recomendação. O que não estavam era em tempo de fazer centros comerciais. Ainda agora abriu um. As pessoas perdiam a face por se sentarem à mesa? Por dialogarem? Por auscultar os outros, ou só se fazia isso em campanha eleitoral? Interveio de seguida o Sr. Deputado do P.S., **PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para dizer ao Sr. Deputado João Granja uma coisa que achava que era importante. Concordando com aquilo que a Sr<sup>a</sup>. Deputada Paula Nogueira ali foi dizer, achava que aquelas questões, como outras, muitas vezes tratavam de se acantonar, em termos partidários, e a não discutir, de facto, a questão

*substantiva e substancial, que achava que naquela matéria e acontecia de todas as partes, em diferentes matérias e em função das diferentes sensibilidades. Não queria ali enjeitar as responsabilidades do passado, que o PS poderia ter tido, mas queria falar do futuro. E ouviu muitas vezes, naquela Câmara, que apesar de ser jovem já ali estava há algum tempo, o Sr. Deputado João Granja falar da democracia musculada, dos tiques pouco democráticos com que o PS tratava aquela Assembleia. Mas não ouviu o mesmo Deputado hoje dizer que pediu à Arquidiocese para ir visitar o espaço, esta semana, e poderia ter-se lembrado de se fazer acompanhar da Comissão Especializada da Assembleia Municipal. Poderia ter convidado os seus colegas para ir aprofundar um tema que sabia que iria estar ali em discussão. Era um líder de um grupo, com responsabilidades e que no quadro do sadio debate político de uma questão importante, achavam que era positivo que assim tivesse acontecido. Mas, uma vez que não aconteceu, e que o referido Deputado teve a oportunidade que outros não tiveram, parecia-lhe que seria de bom-tom, ainda hoje e porque fazia sentido, que aquela discussão, nesse fórum ou noutra, que a maioria também entendesse adequada, para que se pudesse realizar de forma serena, construtiva, sendo, ou não, no fim do caminho a possibilidade de chegar a uma solução, ou não, mas que todos pudessem, com responsabilidade e com critério e maturidade procurar encontrar uma solução, que não era uma solução que preocupava uns tantos, mas uma solução que ganhou algum respaldo na cidade e que lhes merecia ser tratada com o cuidado devido. Posta à votação foi a referida recomendação **rejeitada com trinta e nove votos contra; com seis abstenções e com vinte e quatro votos a favor.** Para apresentar uma **Declaração Política**, passou a usar da palavra o Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **GONÇALO NUNO LOPES DE CASTRO PIMENTA DE CASTRO**, para inicialmente dizer que era uma vez uma praia. A Bandeira Azul*

*era um galardão ambiental atribuído anualmente às praias, marinas e portos de recreio que cumpriam um conjunto de critérios de gestão ambiental, educação ambiental, informação, qualidade da água balnear, serviços e segurança dos utentes. Em Portugal, a evolução positiva da situação das praias, desde mil novecentos e oitenta e sete era notória, traduzindo-se fundamentalmente em investimentos para a resolução das causas da poluição das águas balneares, no adensamento da rede de vigilância da qualidade das águas de banho, na melhoria dos acessos e infraestruturas, na segurança e limpeza das praias e na informação e sensibilização dos utentes. Em Braga, recebeu-se hoje a notícia de que a praia fluvial de Adaúfe foi a única a receber esse reconhecimento na zona Norte, perfazendo assim um total de três praias fluviais com esse galardão no Norte de Portugal, de um total de cerca de vinte praias a nível Nacional. Para aqueles que anteriormente puseram em causa a legitimidade do executivo municipal em executar melhoramentos na praia fluvial de Adaúfe, hoje, diversas entidades públicas e privadas atribuíram à Praia Fluvial o galardão de Bandeira Azul, desta forma, ficaria bem que se manifestassem hoje naquela assembleia sobre atribuição deste galardão de Bandeira Azul à praia de Adaúfe, por um conjunto de melhoramentos que se vinham a realizar na praia desde o início de funções deste executivo municipal. Esse reconhecimento era reflexo do empenho e dedicação do executivo, nomeadamente, do Vereador do Ambiente, Eng.º Altino Bessa que em estreita colaboração com as autarquias locais, em concreto, com a junta de freguesia de Adaúfe se propôs a alcançar este objetivo num trabalho que durava há dois anos e que tinha vindo a dar frutos. Relembrar, que já no primeiro ano a praia foi classificada como praia acessível, resultado de um conjunto de intervenções realizadas pelo Município e o seu corpo técnico em conjunto a Junta de Freguesia de Adaúfe. Concluindo, o grupo municipal do*

*CDS-PP de Braga reconhecia assim o empenho e dedicação do executivo municipal e do vereador do ambiente na obtenção do galardão de Bandeira Azul e deixava claro que a oposição sem fundamento e como pura arma de arremesso não beneficiava as populações nem dignificava a política. Como sempre e em tudo, o tempo era que dava razão. Outra **Declaração Política** foi apresentada, agora pelo **Sr. Deputado do P.S.D., BENTO DUARTE DA SILVA**, que dizia que realizando-se esta assembleia em vinte e nove de abril, num tempo que fazia a ponte entre os dias vinte e cinco de abril e o Primeiro de maio, era oportuno recordar esses momentos extraordinários do passado, de abril e maio de mil novecentos e setenta e quatro, mas também refletir sobre o tempo presente e perspectivas de futuro. Foi um momento há tanto tempo esperado, como tão bem disse a poetisa Sophia de Mello Breyner: “Esta é a madrugada que eu esperava / O dia inicial inteiro e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio / E livres habitamos a substância do tempo” (in: *O Nome das Coisas*, mil novecentos e setenta e quatro). Relembrar esse momento, para quem o viveu, era recordar os dias extraordinários de agitação e de alegria, de coragem e de medo, também. Todos queriam tudo, sem saberem bem para onde iam. Portugal e os portugueses reencontraram-se caminhando. Houve conflitos, tensões políticas e sociais, próprios de qualquer processo revolucionário, mas a página em branco aberta pelo vinte e cinco de Abril foi construída em Democracia e em respeito pelas orientações do Povo que se manifestou nas primeiras eleições livres. Lembrando Nelson Mandela: “ser livre é quando o ser humano é dono do seu destino”. E assim sucedeu: No ano seguinte, em vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e cinco, com a eleição de deputados, que tiveram por principal tarefa elaborar a Constituição da nova era, a qual foi aprovada em dois abril e entrou em vigor em vinte e cinco abril de mil novecentos e setenta e seis (fez este ano*

quarenta anos). Depois, com as primeiras eleições autárquicas, realizadas a doze de dezembro de mil novecentos e setenta e seis, tendo sido eleitos trezentos e quatro presidentes de câmara municipais, cinco mil cento e trinta e cinco deputados municipais e vinte e seis mil deputados para as assembleias de freguesia. Comemoram-se este ano os quarenta anos da Assembleia Municipal de Braga, da era de abril, justo era que esta Assembleia fizesse uma sessão comemorativa da data, convidando os deputados municipais de então. Ao recordar esses dias mágicos, era de inteira justiça que tivessem o sentimento da admiração e da gratidão para com os militares intervenientes em Abril, desde o mais simples soldado raso, pela coragem que demonstraram. A ação dos militares foi decisiva não só para a rutura com o regime ditatorial mas também para a implantação da democracia. Ao agirem habilmente e com bom senso fizeram a “revolução dos cravos”, tão bem simbolizada na foto da criança que colocou um cravo no cano da espingarda (do fotógrafo Sérgio Guimarães), que se tornou um cartaz ícone da revolução. Os autores do livro “os rapazes dos tanques” (Alfredo Cunha e Adelino Gomes, Porto Editora, dois mil e catorze) lembram a história do cabo (José Alves Costa) que disse “não” à ordem de fogo do brigadeiro que comandava o Regimento de Cavalaria sete, que se opunha às tropas que queriam a mudança do regime. O próprio Salgueiro Maia reconheceu que foi no “não” desse soldado que se “ganhou o vinte e cinco de abril”. Este sentimento de gratidão devia também ser mostrado para com todos aqueles portugueses que, individualmente ou nas mais diversas organizações (partidos políticos, sindicatos, movimentos associativos, estudantis e católicos, etc.), contribuíram decisivamente - arriscando e perdendo inclusive a vida - quer para a mudança do regime, quer para a construção da democracia. Quem conheceu Portugal antes e depois do vinte e cinco de abril não deixaria de admitir que as

*melhorias foram imensas, desde logo pela recuperação plena da Liberdade (com o fim das prisões por delito de opinião, da polícia política, da censura...), mas também com melhorias em áreas tão relevantes da sociedade portuguesa, como a educação, a saúde e a habitação, proporcionando com que milhões de portugueses saíssem do estado de pobreza. Por isso, era que o vinte e cinco de abril é hoje, passados quarenta e dois anos, evocado como uma festa tivesse uma grande aceitação dos portugueses. Facto comprovado no recente estudo do “Observatório da Qualidade da Democracia”, a cargo de investigadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ao concluírem que “não há sombra de dúvida que os portugueses se orgulham da Revolução de mil novecentos e setenta e quatro e têm uma imagem positiva sobre o vinte e cinco de abril enquanto ato de rutura com o passado, identificando como consequências mais positivas os aspetos do Estado-providência relacionados com o investimento na educação, habitação e saúde” (depoimento do politólogo António Costa Pinto, in Público do dia vinte e seis abril, página cinco). Dados do estudo mostram que setenta e nove por cento dos portugueses têm orgulho na forma como foi feita a transição do regime. Permissem-lhe, agora, que se referisse às comemorações do vinte e cinco de Abril em Braga, protagonizadas pela “Coligação Juntos por Braga”, o novo executivo saído das eleições autárquicas realizadas a vinte e nove de setembro de dois mil e treze, liderado por Ricardo Rio. De entre outras atividades festivas, em dois mil e catorze, o executivo decidiu homenagear Salgado Zenha, pessoa que lutou pela instauração da democracia e foi, depois do vinte e cinco de abril, figura de proa em várias fases do processo de democratização do país. Agora, em dois mil e dezasseis, no quadragésimo segundo aniversário da revolução dos cravos, prestou uma justa homenagem ao Sr. José Moreira (bracarense multifacetado: jornalista, escritor, editor, cinéfilo,*

associativista, zelador do nosso património), atribuindo o seu nome a uma das avenidas da nossa cidade, num local próximo ao vale das Sete Fontes, uma das suas lutas cívicas em prol da valorização do património bracarense. Com esta justa homenagem, o novo executivo bracarense lembrava que o vinte e cinco de Abril não tinha donos, havia que saber reconhecer as diferenças e, sobretudo, que em democracia não podia haver pessoas proscritas, como era prática fazer-se nos tempos dos executivos socialistas. Como afirmou o Presidente da Câmara, no momento da cerimónia, o cidadão José Moreira “cuja valia como pessoa, como cidadão, como dirigente associativo, como zelador do nosso património, não merecia que durante tanto tempo não tivesse o reconhecimento público da sua cidade” (in: *Diário do Minho*, dia vinte e seis de abril, página três). Por isso, também como afirmou o vereador Miguel Bandeira, “hoje [vinte e cinco de abril de dois mil e dezasseis] é um dia em que a democracia de Braga está de parabéns, porque a Câmara reconhece publicamente um homem que se bateu por ideais democráticos, mesmo quando não vivíamos em democracia, um homem que se bateu pelo interesse público acima dos interesses privados, um homem que ajudou o seu semelhante” (idem). Com estas duas homenagens, a personagens com percursos de vida tão distintas, mas que tinham o traço comum de se baterem por ideais democráticos, percebia-se que se respirava hoje em Braga um novo ar, o ar da Liberdade. Parafraseando Sophia, o vinte e nove de setembro de dois mil e treze, foi para Braga a madrugada que muitos bracarenses esperavam, o dia inicial inteiro e limpo de uma terra e de um povo que aspirava a ter esperança numa vida com mais qualidade democrática. O “Observatório da Qualidade da Democracia”, estudo citado acima, apresentava indicadores a mostrar que, com a recente crise económica, havia uma “propensão a aumentar a avaliação positiva sobre o Estado Novo”, em particular de entre os mais

*afetados pela crise, como a população desempregada, ou seja, os efeitos da crise levou a que um quinto dos portugueses tivesse saudades dos tempos autoritários do antes do vinte e cinco de abril. Estes dados deviam merecer a devida atenção por parte de todos os responsáveis políticos. Todos reconheciam que estes últimos quatro anos passamos por uma crise tremenda, a nível económico e social, e que se não foi ainda mais catastrófica deveu-se ao extraordinário esforço e sentimento de solidariedade das famílias e das associações comunitárias que minorou o drama que passamos. Mas também sabiam a quem se devia essa crise, quem foram os seus responsáveis e que políticas estiveram na sua origem. Agora que estávamos a ver a luz ao fundo do túnel, a ter alguma esperança de recuperação, interessava que não se repetissem os erros do passado, pois, depois de tanta austeridade vivida, se voltássemos a cair no poço a frustração seria enorme. A instabilidade nas políticas não era bom sinal, não se compreendia o “faz e desfaz”, em tão pouco tempo. Não se compreendia que não conseguisse chegar a acordos sérios em várias matérias estruturantes da vida societária, como a segurança social, a saúde e educação. Nesta área, a Educação, era lamentável que não se conseguisse chegar a um acordo sobre o que deveria ser o futuro da educação, e que em cada mudança de governo e ministro se mudassem os princípios fundamentais do sistema. Neste momento, a mudança foi nas regras de avaliação, umas das variáveis mais sensíveis do sistema educação, e logo feita a meio do ano letivo. A este propósito, o Presidente da “Associação Nacional dos Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas” traçava um retrato de “profunda divisão: os professores dividiram-se, as escolas dividiram-se, o país vai dividir-se” (In Público, dia vinte e oito de abril, página dez). Este era um mau exemplo, desnecessário, para os tempos que estávamos a viver. Abril deu-nos o Primeiro de Maio em Liberdade, comemorado*

logo em mil novecentos e setenta e quatro como nunca se tinha visto em Portugal. Todo o povo, das mais remotas aldeias à capital, veio para a rua dar largas a manifestações de alegria, sentir o sabor da Liberdade (“Livres habitamos a substância do tempo”), como sublimou Sophia em poema que, para mim, melhor espelha a essência do vinte e cinco de abril: Liberdade. Ao evocar o Primeiro de maio, dia do trabalhador, não iria historiar a processo da criação desta data. Todos sabiam que a data tinha origem na manifestação de milhares de trabalhadores nas ruas de Chicago, e numa greve geral nos Estados Unidos, em mil oitocentos e oitenta e seis, que foi duramente reprimida pela intervenção policial, tendo morrido vários manifestantes. Em Portugal, os trabalhadores assinalaram o Primeiro de Maio em mil oitocentos e noventa, o primeiro ano da sua realização internacional. Mas, como disse, não iria enveredar por historiar este processo, antes pretendiam, nesta data, saudar todos os trabalhadores portugueses, de todas as profissões, incluindo nesta categoria social também os pequenos e médios empresários que lutavam diariamente para a manutenção e desenvolvimento das suas empresas, criando postos de trabalho e riqueza para o país. Uma saudação especial aos trabalhadores com vínculos precários e aos desempregados, tanto aos de longa duração como aos jovens desempregados, com uma mensagem de esperança que o nosso país e o nosso concelho conseguissem ter as políticas certas para um desenvolvimento económico sustentável, gerador de emprego. Para isso, num tempo marcado por diversas globalizações, em que o trabalho incorporava conhecimento e tecnologias diversas, urgia, também, discutir uma nova organização do trabalho, só deste modo seria possível encontrar os caminhos para responder aos problemas do desemprego, das desigualdades e da pobreza. Como cantou Chico Buarque (em “Tanto Mar”), em mil novecentos e setenta e quatro a festa foi bem bonita (“Sei

*que estás em festa, pá / Fico contente / Manda urgentemente / Algum cheirinho de alecrim”). A Festa trouxe-nos a Democracia. Era um regime perfeito? Tinha as suas imperfeições, e muitas, mas ali era de relembrar as sábias palavras de Winston Churchill: "A democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas de tempos em tempos". Ao saudarem Abril deveriam ter presente que os seus valores supremos – a Liberdade e a Democracia – fossem uma constante da nossa vida quotidiana de cidadãos. Nesta medida, apraz-nos concluir: “Vinte e cinco de Abril Sempre”. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO PRIMEIRO MANDATO NÚMERO DEZASSETE BARRA DOIS MIL E DEZASSEIS, DE ONZE DE MARÇO**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo primeiro Mandato, número dezassete barra dois mil e dezasseis, referente à sessão extraordinária de onze de março. Posta à votação foi a referida ata **aprovada por unanimidade**. **PONTO NÚMERO DOIS – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA DE DOIS MIL E QUINZE**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de dezoito de abril do ano em curso, relativa aos Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Braga de dois mil e quinze, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à discussão, começou por usar da palavra a **Sr<sup>a</sup>**. **Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, que passou a salientar*

*que com três anos de experiência à frente do município, a maioria Juntos Por Braga, conseguiu profissionalizar-se na arte da comunicação. O documento que hoje ali apreciavam e votavam era, sobretudo, uma bem conseguida estratégia de comunicação. Estratégia parecia ser, de resto, aquilo que mais orgulhava aquela maioria do executivo municipal, quer ao nível político, quer financeiro, lançando-se logo nas primeiras páginas daquele documento em classificações pujantes do exercício da sua gestão. “Elevada correspondência entre” o que se propuseram fazer e o que concretizaram. “Política de verdade e de compromisso que reforça a confiança dos cidadãos nos seus eleitos”. Quase podia o relatório parar por aí, de tanta confiança havia a transmitir no trabalho feito. “Aplicação convicta, enérgica e inovadora de um novo modelo de gestão da Autarquia”, podia ler-se logo de seguida. Não tinham dúvidas que aquele documento era convicto: qualquer leitura mais desatenta, treinada pelos títulos de jornal que, de forma sagrada, todos os dias lhes saltavam à vista desde que esta maioria tomou posse, ficaria satisfeita com esta convicção sem mesmo pensar na tal correspondência entre o que se dizia que se fazia e o que se fazia. “Enérgica”, por sua vez, parecia-lhes querer dar um passo maior que a perna: esta maioria não era enérgica, era vistosa, o que era bem diferente. “Inovadora”, então, não seria de todo um adjetivo que escolhessem para catalogar esta gestão municipal, porque de novo não tinha nada! Senão vissem: de entre a lista elencada das inúmeras iniciativas levadas a cabo durante o ano de dois mil e quinze, salientavam uns poucos só para provar o que disseram no início, que aquele documento era um ótimo exercício de “spin off”, mas que se ficava por aí. A conclusão do processo de revisão do PDM estendeu-se por muito tempo, e a maioria nesta Câmara levou a cabo um processo interessante de apresentação e discussão pública num determinado período; no entanto, o documento final*

*poucas alterações traduziu ao PDM que vigorava. Ficou muito longe de conseguir sintetizar sequer uma visão estratégica para futuro, como deveria, não traduzindo, assim, em nenhum aspeto, a inovação e a estratégia de ter grandes estratégias para tudo que tanto apregoavam. Quanto a reestruturações orgânicas e levantamento de recursos para a sua operacionalização, bem sabiam que o grosso passou pela aplicação das quarenta horas no universo municipal. O estudo prévio para a renovação do Parque de Exposições ou os estudos técnicos e as obras para a mudança de instalações da RUM para o GNRation, aguardavam desde que foram anunciados. Se calhar deviam constar do Plano Plurianual de Investimentos, no que à duração dizia respeito. A entrada em funcionamento do programa de apoio à saúde oral “Braga a Sorrir” espantava-os ter demorado tanto tempo, já que quando foi apresentado em dois mil e catorze foi revestida de uma urgência tal – pela oportunidade, pelos recursos disponíveis, pelas necessidades – que, inclusivamente, justificou um investimento municipal numa matéria da competência do Ministério da Saúde. A revisão dos percursos da rede dos TUB deu passos, mas parecia ter chegado a altura de pensar apenas em grande, nos projetos mais audazes, deixando de parte melhorias que, embora mais pequenas, fariam maior diferença para os seus utentes, tanto ao nível dos horários, como de conforto ou de tarifas. Já a expressão “reforço da frota de transportes” era, provavelmente, um lapso de redação, sendo que tiveram já oportunidade de esclarecer que o negócio com a STCP serviu apenas para substituir viaturas que já não tinham mesmo condições de continuar a circular, enquanto não se investia num real reforço da frota. A aquisição por parte da Câmara Municipal da Pousada da Juventude de Braga mereceu um chumbo, pelo que não consideravam tratar-se propriamente de uma concretização – muito embora não tivessem sequer estado de acordo com a*

*solução que esta maioria decidiu dar àquele espaço. E, para terminar, o concurso de ideias para a regeneração da Avenida da Liberdade – embora tivesse, obviamente, o seu valor – acabava por poder servir de comparação à totalidade do que hoje lhes foi ali apresentado: um conjunto de iniciativas no plano das ideias, com investimento invisível e concretização constantemente adiada. O que os espantou, na introdução daquele documento, foi dizer-se que o que aí se apresentava dava “resposta às necessidades mais imediatas das pessoas”, sendo que, se levantassem a cabeça dessas páginas e se concentrassem na nossa cidade, no que estava, efetivamente, à nossa volta, facilmente percebiam que persistiam os problemas com a iluminação das ruas (bem dita mudança da hora que veio entretanto disfarçar um pouco!), com a varredura ou com a quantidade alarmante de estradas e passeios esburacados, com poucas ou nenhuma condições de segurança para quem por lá circulava. Lembravam-se que os trabalhadores do município trabalhavam cinco horas por semana de graça, percebiam que o emprego gerado em Braga se baseava em salários de miséria e em contratos precários, que havia freguesias da cidade cuja acessibilidade continuava a ser insuficiente, com autocarros que, ao contrário dos rápidos quinze minutos para o Nova Arcada, demoravam uma hora a passar, para nem falar daquelas em que passava apenas três vezes por dia. Olhavam com atenção para o recibo do passe e percebiam que ele era demasiado caro, ainda para mais com um serviço ainda deficitário como esse; olhavam para a taxa de IMI que pagavam e ela também era alta – aliás, aquele documento provava que as receitas provenientes desse imposto subiram, provando que era, afinal, tal como haviam dito, possível diminuir a taxa sobre ele -; olhavam para a fatura da AGERE e questionavam-se se a tarifa não devia baixar – tal como também haviam já proposto por mais do que uma vez (coisa que, a poder acontecer, pelos*

vistos, só em dois mil e dezassete, ano em que, coincidentemente, se realizavam as próximas eleições autárquicas!) O orgulho nas taxas de execução mantinha-se, mas a joia da coroa parecia ser a redução da dívida, discurso que – lamentavam ter que o dizer – não era nada inovador! Se bem se recordavam, o Governo PSD/CDS tinha precisamente a mesma demanda nos últimos quatro anos: reduzir a dívida, custasse o que custasse – objetivo para o qual serviam sempre as mais variadas justificações e deturpações. O investimento também era muito perto de zero, tal como neste município. O que importava também era atrair investimento. Afinal, este modelo de gestão do município nada tinha de inovador! Pelo contrário, conseguia ainda maior proeza: conseguia ser, dependendo do que dava mais jeito, igual ao da gestão socialista na Câmara de Braga e igual ao de Passos e Portas no país. Entendiam que nesta altura do campeonato não teriam que lhes explicar que gerir uma Câmara Municipal, gerir um município, envolvia muito mais do que taxas de execução ou percentagens de alargamento da margem da dívida ou de capacidade para novos endividamentos. Era verdade que, como acontecia nas PPP, impingia-se uma gestão centrada nos números, nas contas, na margem de lucro e de despesa, para se tomarem decisões no papel, no gabinete, com régua e esquadro aos serviços que se queriam públicos, por servirem as populações. O mesmo tinha que acontecer no município! De nada valia aos bracarenses esta redução da dívida se não houvesse correspondência efetiva pela via do investimento em infra estruturas, em obras, em regeneração urbana, ou por via de alívio fiscal, ou redução de tarifas quer da água, quer de transportes. De nada valia estar em terceiro lugar num ranking qualquer se, no dia-a-dia, as dificuldades persistissem e não se assistisse a uma efetiva melhoria na qualidade de vida das populações. Os bracarenses não deixavam de se sentir desiludidos com as promessas do tempo

*novo que se fizeram em dois mil e treze, já que na realidade pouco ou nada sentiam de melhoria significativa nas suas vidas. Não se compreendia como era que uma gestão que se gabava de ser do rigor, da poupança, da estratégia, não fosse capaz de investir, por exemplo, na cultura, cingindo-se o desenvolvimento cultural mais expressivo ao Teatro Circo apenas. Não se percebia como podia ser de zero o investimento municipal na cultura! Como era que era suposto alavancar o movimento cultural da cidade se nem a Câmara Municipal apostava nessa área? Como era que se explicava a inércia em dotar a cidade, por exemplo, de equipamentos culturais que enriquecessem as atividades culturais das inúmeras associações do município? O assunto levado hoje ali, no período antes da ordem do dia, era apenas um exemplo de uma oportunidade de poder oferecer mais um equipamento cultural aos bracarenses; mas, esta maioria, parecia ficar satisfeita com os dois equipamentos em que se concentravam as atenções, como se a cultura coubesse apenas numa definição ou num padrão. Queriam construir a imagem da cidade de Braga baseada na fixação pelas startup, pelo empreendedorismo e pela atratividade financeira para as empresas desse sector, centrando ainda a visão estratégica do turismo nos serviços já existentes e no património mais evidente, esquecendo que, também de diversidade cultural, com resposta adequada e alargada a todos os públicos, em constante dinamismo e crescimento, se consolidava a atratividade de uma cidade. Mas, também, podiam lembrar a Polícia Municipal, cujo investimento aumentou face ao ano anterior, mas que, mesmo assim, não chegou nem perto dos treze mil trezentos e cinquenta euros previstos para dois mil e quinze: com uma taxa de execução pouco acima dos cinquenta por cento, esta Polícia mereceu apenas o investimento de sete mil duzentos e quarenta e três euros. O Ordenamento do Território, área que esteve sob os holofotes precisamente durante o ano passado, com a finalização da*

*revisão do PDM, viu o seu investimento diminuir, relativamente ao ano anterior, em quarenta e um por cento. E dos dois milhões trezentos e catorze mil cento e cinquenta euros, previstos para dois mil e quinze, executou-se um milhão trezentos e noventa e sete cento e sessenta e dois euros. Ainda a rede viária, cuja renovação e conservação se fixou nos setecentos e cinquenta e seis mil seiscentos e nove euros, quando o previsto era de um milhão quatrocentos e seis mil cento e cinquenta euros, representando ainda menos doze por cento de investimento do que no ano de dois mil e catorze. Como era que se concretizava um tempo novo para a cidade sem investir no ordenamento do território – ponto fraco tão antigo do nosso município – ou na manutenção da rede viária? Se calhar de entre todas as estradas com buracos, ou com pavimento irregular que se encontravam na cidade, coincidentemente, nenhuma era da responsabilidade da Câmara Municipal. E por falar em holofotes: referia-se no documento o investimento de oitocentos e dezassete mil euros no projeto de Eficiência Energética na Iluminação Pública – chegava a parecer um valor estrondoso, tendo em conta que o resultado nas ruas da cidade continuou a ser muito pouco de eficiente! Todo o investimento necessário parecia estar suspenso na ameaça de resgates por fazer, de uma poupança cautelosa que era preciso garantir a todo o custo. Aguardaram por dezembro de dois mil e quinze para ver concretizada a dissolução da SGEB, altura para a qual foi anunciada, posição que defendiam e congratularam desde início. Não sabiam quando iria ser levada a cabo nem quanto iria custar ainda. O mesmo com a ESSE, que também parecia estar acautelada na sacrossanta poupança desta maioria. De novo, não que não estivessem de acordo – afinal, foram sempre contra a concessão do estacionamento à superfície a uma empresa privada, defendendo que esta se deveria manter na esfera municipal – opinião que era agora partilhada pela*

*Câmara Municipal. No entanto, não podia nada disso servir para adiar o inadiável, deixar para amanhã o que se podia melhorar hoje, nem servir para calar quem atentava e responsabilmente propunha outras soluções para a gestão municipal, como era de direito de todos quantos se propunha a envolver na vida da cidade. Começavam a imaginar que os trunfos estivessem todos guardados na manga para dois mil e dezassete, ano em que tudo se começaria a materializar – mas não queriam acreditar que os que prometiam o tempo novo caíssem na asneira de cometer o erro que mais ridicularizavam na anterior gestão da Câmara de Braga. Em suma, estavam perante uma gestão que adiava sistematicamente o investimento necessário para o município, escudando-se da referida poupança e do rigor das contas para justificar tudo. Estavam perante um documento que expressava isso mesmo: falta de estratégia entre todas as estratégias propagandeadas, falta de criatividade, de dinamismo, de audácia e de foco no que havia de mais essencial em qualquer gestão política: governar para as populações, para a melhoria efetiva das suas condições de vida, com tradução palpável no passeio que pisavam, na estrada por onde passavam, na fatura da água que pagavam, no acesso ao transporte público de que precisavam, na iluminação dos trajetos que queriam fazer em segurança, no acesso à cultura porque ansiavam, na preservação dos edifícios da cidade que era sua, de todos. Por isso mesmo, este documento merecia a sua reprovação. Usou depois da palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada da C.E.M., **PAULA CRISTINA BARATA MONTEIRO DA COSTA NOGUEIRA**, para, em primeiro lugar, realçar que se pudesse fazer mais silêncio na sua intervenção e que se respeitassem a todos, do que aquilo que foi feito ao tempo em que interveio a Sr<sup>a</sup>. Deputada Bárbara Barros, que a antecedeu. Achava que às vezes se esqueciam de que não iam para ali para falar conversas de café, mas para se ouvirem uns aos outros, porque isso também fazia*

parte do debate. Custava-lhe muito estar numa Assembleia Municipal para onde foram eleitos e ter um ruído de fundo gigantesco, onde nem sequer se conseguiam respeitar. Uma coisa era fazerem comentários, outra coisa era passar a sessão toda a falar para o lado, achando isso um insulto às pessoas que os elegeram. Dito isso, realçou que a sua análise seria feita à luz daquilo a que designavam de seis "P", a primeira letra de seis adjetivos através dos quais qualificariam o balanço da atividade da Câmara de Braga em dois mil e quinze. Em seu entender estes documentos eram: Pobres, Palavrosos, Pretensiosos, Provincianos, Paradoxais e Propagandísticos. Pobres, porque um Plano e Orçamento pobre nunca poderiam dar um relatório de atividades e prestação de contas rico. Aliás, a sua única riqueza era na cobrança de impostos e na sua receita. Percebia-se bem a opção por reduzir a dívida, sacrificando o investimento. Tinham um concelho estagnado mas, parafraseando Maria Luís Albuquerque, "temos os cofres cheios". Ou melhor, um pouco menos vazios. Palavrosos, porque os documentos estavam cheios de frases eloquentes, mas que na prática não significavam nada. Vissem a frase: "Em Braga há uma estratégia cultural que nos permite colocar a cidade como uma das mais dinâmicas do País. A afirmação regional, nacional e internacional de Braga passa, e assim continuará no futuro, pela aposta na dinamização cultural". Bonita frase, sem dúvida! Mas, onde estava essa tal estratégia? Alguém a viu, conheciam algum documento, algum plano? Outro exemplo: na introdução do Documento de Prestação de Contas podia ler-se, "Braga tem-se assumido como o motor da recuperação económica do Norte..." ouviram bem, do Norte. Que, nós por cá, era tudo à grande! Mas depois havia outras coisas pequeninas a borrar a pintura. Como, por exemplo, aqueles números dos trabalhadores precários que trabalhavam na autarquia, cento e quarenta e três Contratos de Emprego e

*Inserção, quando o total de trabalhadores era de mil e quatrocentos. Mão-de-obra barata e sem direitos, apagados da estatística a bem da recuperação económica dessa Braga motor do Norte! Pretensiosos, porque estavam tão convencidos do génio do seu trabalho, qual narciso ao espelho, que eram bem capazes de perder a noção da realidade. Atentasse-se naquele capítulo destinado ao "Universo Municipal", onde, se anunciava que os Transportes Urbanos de Braga criaram o "TUB Consulting", um viveiro de conhecimento que, entre outras áreas, se dedicava às tecnologias aplicadas à mobilidade. Tanta sabedoria, tanta sabedoria, mas ia um utente para a paragem do autocarro e nunca conseguia saber quantos minutos faltavam para o seu autocarro chegar, porque aqueles placards eletrónicos, há anos ali plantados, não havia meio de acertarem uma (!), talvez porque as tecnologias aplicadas à mobilidade, se calhar, eram só para exportar para S. Tomé e Príncipe. Provincianos, porque na falta de terem grandes coisas para lhes contar, estes documentos apostavam na quantidade, no detalhe, no ponto cruz. De tal forma que, se nos relatórios do ano passado constava que foram colocados cortinados na sede de uma junta, este ano ficaram a saber que foram "realizadas podas nas duas circulares da cidade, numa extensão de doze quilómetros", ou que "Os Bombeiros Sapadores de Braga continuam com o seu programa de atividade física específico, do qual fazem parte treinos de melhoria de condição física que decorrem diariamente, de segunda a sexta-feira"! Paradoxais, porque se tratavam de documentos sem articulação nem coerência. Alguns exemplos: No capítulo da dinamização económica ficaram a saber que o Conselho Estratégico reuniu quatro vezes o ano passado, mas nada sabiam quantas vezes reuniu o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Cultura, ou o Conselho Municipal de Juventude. Sobre o Theatro Circo, enumeraram-se todos, ou quase todos os*

*espetáculos realizados o ano passado, ou todas as obras realizadas nas freguesias. Mas no capítulo do desporto, souberam apenas que foram assinados contratos-programa no valor de seiscentos e sessenta mil euros, mas não sabiam com quem, ou melhor, sabiam, mas a informação estava no capítulo dos subsídios e transferências. Já no que se referia à Cultura, também não estava posto em evidência quem recebeu, a não ser nos tais anexos. Mas, paradoxal era também a forma eloquente com que enunciaram boas intenções. Os documentos referiam a existência de um Plano de Valorização Ambiental, mas, no entanto, abdicaram de fazer um parque, essa ideia revolucionária do motor do Norte de ter um parque urbano como tinha Guimarães, Famalicão e até a Póvoa de Lanhoso, em troca de uma academia, sem lhes terem apresentado uma alternativa a esse défice de verde, que não constava da dívida, mas que era tão lesivo da nossa qualidade de vida. Finalmente, dizia, tinham um Plano de Desenvolvimento Social atualizado, e até um Plano de Emergência Social. Mas, de que serviam documentos bonitos, que falavam de coesão, se depois queriam continuar a “guetizar” os moradores do bairro do Picoto, ou impor um regulamento higienista, como aquele que iriam discutir mais à frente? E o que dizer daquele paradoxo de andar a fazer concursos de ideias, envolver arquitetos, para depois decidir ao contrário, poucas semanas depois? Propagandísticos, porque, em documentos onde deveria imperar o rigor, a informação surgia misturada com a propaganda. Para além dos exemplos dados anteriormente, destacava ali mais um, referente aos milagres que a diplomacia económica tinha operado neste “motor do Norte”. Pois, nada mais, nada menos que, e passava a citar “intenções de investimento na ordem dos cinquenta e sete milhões de euros e intenções de criação de postos de trabalho que totalizavam mil duzentos e quarenta e sete”. Bem sabiam o que era que de boas intenções estava cheio...O resultado era, na sua opinião, contraproducente,*

porque a propaganda anulava a informação, não hierarquizava a importância da atividade. E assim, nessa amálgama de minudências perdiam-se algumas atividades e ações que também reconheciam como interessantes como, e apenas a título de exemplo, a criação do Balcão Único, de um Serviço Municipal de Proteção Civil, de várias hortas urbanas, ou de um Programa de atividade física para doentes oncológicos. Coisas interessantes que não iludiam a pobreza daquele relatório, porque ele era pobre, como foi o orçamento e era por essa razão que votariam contra. Registou-se ainda a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para dizer que, na esteira daquilo que havia já sido a sua posição, aquando da apresentação do Plano de Atividades, eram consequentes, pois, como dizia a Sr<sup>a</sup>. Deputada que o antecedeu, de um mau Plano de Atividades, não poderia resultar um bom Relatório e Contas. E, sem entrar em questões de muito pormenor, ia a algumas áreas e a alguns apontamentos que lhes pareciam importantes. De facto, aquele Executivo tinha uma capacidade ímpar, nunca antes conhecida no quadro do exercício autárquico no Município de Braga de comunicar, de trabalhar a comunicação, de empolar um conjunto de coisas e a grande notícia sobre o Relatório e Contas que apareceu em parangonas nos dois jornais locais foi que nos últimos dois anos se reduziram vinte milhões de euros. Isso dito dessa forma, em grandes títulos a marcar a informação e a agenda política, parecia uma coisa incrível. Seria uma coisa incrível se essa não fosse já uma tendência de redução de dívida que marcou os últimos quatro anos do último mandato autárquico, também da Câmara Municipal. Entre dois mil e nove e dois mil e treze, a redução da dívida foi também de dez milhões de euros por ano. E nunca ninguém viu esse vislumbre de marcar a agenda política com esses títulos, com essas primeiras páginas, num afã de ocupação mediática em que, de facto, esta Câmara era fértil e onde tinha

*qualidades que outras não revelaram. Mas dizer mais coisas. Dizer que, aquando da famosa auditoria feita às contas da Câmara Municipal de Braga, os títulos falavam, ainda pouco rigorosos, de uma dívida superior a duzentos milhões de euros. Na altura desmistificaram aquela questão, tentando que fosse tratada com o rigor devido, porque a forma como foi comunicada, e como, provavelmente, a Câmara ou a própria auditora os comunicou, não foram rigorosos, mais uma vez para fazer título, mais uma vez para conseguir retirar o produto político daquilo que aquela auditoria pretendia servir. Mas hoje, mais uma vez, à imagem do que já ali denunciaram noutros contextos e noutras Assembleias, perceberam todos que o valor da dívida nunca foi de duzentos e cinquenta milhões de euros e que a dívida era de cerca de noventa milhões de euros e hoje com aquele abatimento de cerca de vinte milhões, nos últimos dois anos, ao ritmo de abaixamento de dívida que vinham fazendo, estava nos cerca de setenta milhões. Mas dizer também que havia outras questões que eram sintomáticas daquilo que entediam que era a pouca ambição que a Câmara Municipal de Braga punha no exercício da sua condução dos destinos municipais. E quando diziam isso, queriam dizê-lo de uma forma construtiva. Era fácil dizer e queriam, naturalmente, ali saudar que houve uma incrível taxa de execução. Sem dúvida, este era um ano com uma boa taxa de execução, para a qual não poderiam deixar de cumprimentar a Câmara Municipal. Mas uma boa taxa de execução, não queria dizer que tenha tido uma grande execução, porque uma grande taxa de zero era zero e aquilo que se verificava naqueles documentos era que o Plano Plurianual de Investimentos, que tinha cerca de dez milhões duzentos e sessenta e sete mil euros setecentos e noventa e oito, era o maior em termos relativos, ao nível da taxa de execução, mas era, em termos absolutos, o mais pequeno dos últimos quatro anos. Ou seja, o Sr. Presidente dizia, muitas vezes, que isso acontecia, porque se deixou de*

*colocar no orçamento obras que eram para andar nos orçamentos durante muito tempo e que, portanto, hoje só se punham as coisas que eram para cumprir, mas todos também sabiam que existam obras anunciadas há muito tempo e que continuavam sem ver a luz do dia, continuando essa prática a existir. Essa nota era algo que não poderiam deixar de marcar. Apesar de, em termos relativos, a taxa de execução ser um valor em que o PS nele se reconhecia e que elogiava, mas, dizer, que estavam perante uma taxa de execução daquelas, porque partiam dum objetivo pequeno, curto, pouco ambicioso, para a tradição e para aquilo que era a marca de progresso e de desenvolvimento com que o concelho de Braga se afirmou ao longo das últimas quatro décadas de poder local. Mas havia outras coisas que tantas vezes ali ouviram, a Câmara, o Sr. Presidente da Câmara e a Vereação dizer que do PS nem bom vento, nem bom casamento, tentando na sua estratégia de alguma forma apagar o contributo que o PS deu a este concelho. Mas dizer que, hoje, apesar da redução do IMI, que saudavam e que votaram favoravelmente, viram crescer as receitas do IMI no ano de dois mil e quinze, porque cumpriram-se os dez anos das isenções. Ou seja, toda a construção feita nos inícios dos anos dois mil, dois mil e dois, dois mil e cinco, tinham as suas isenções a terminar e, portanto, havia um acréscimo dos pagamentos do IMI, apesar dum abaixamento de taxa e esse acréscimo de pagamentos do IMI resultou também numa política expansionista e de uma política de desenvolvimento, que hoje tinha expressão nas contas municipais e nas receitas da Câmara Municipal. Em relação às despesas e capital e em relação, em particular, àquilo que, mais uma vez, entendiam como um traço de um Executivo que continuava na sua lógica de tentar mascarar a história, sempre com a eternamente repetida frase dos fantasmas, os buracos, os esqueletos, as mil e uma coisas que ia repetindo amiúde, isso também servia de alguma forma para tentar*

*justificar um abaixamento ao nível das despesas de capital, que era a menor dos últimos quatro anos, e também um abaixamento grande ao nível das transferências para as Freguesias que, hoje, eram, de uma forma muito clara, das maiores prejudicadas em termos de pensamento e de organização do modelo de desenvolvimento do concelho. Havia o outro lado, este Executivo dizia que não colocava obras para pagar favores políticos, para comprar favores políticos, mas fazia outra coisa, que era distribuir, muitas vezes sem critério, aquisições de serviços a torto e a direito, às quais também já noutras Assembleias, chamaram a atenção para a duvidosa utilidade pública de algumas delas. Mas sobre isso dizer que, este ano, por exemplo, e confessava não ter o número em detalhe, mas só em aquisição de serviços tinham mais de quinze milhões de euros e isso num orçamento que era “grosso modo” de noventa milhões, era um número demasiado grande para aquilo que poderiam ser outras intervenções de maior necessidade e de maior premência para a manutenção de Braga, como todos queriam e desejavam e era reconhecido como uma cidade de referência. A fechar, dizer também, que havia hoje um conjunto de áreas que careciam de atenção especial. A rede viária tinha problemas vários. A varredura já conheceu melhores dias. Os passeios tinham, em muitas situações, várias denúncias, permanentemente formalizadas junto da Câmara Municipal. A iluminação pública era hoje de uma forma quase consensual um motivo de queixas permanentes da sociedade Bracarense e, apesar de tudo isso, e dos números que lhes iam sendo apresentados, num belo trabalho, com grande eloquência, a não convencer ninguém, principalmente se olhassem, bastava em termos comparativos, para o primeiro ano da gestão da atual maioria, o ano de dois mil e catorze, foi o primeiro ano em que esta maioria esteve com responsabilidades, um ano civil completo, na condução do Município e em que o investimento “per*

capita” representou cerca de setenta e um euros e no ano de dois mil e quinze, a que aquelas contas se reportavam, viam cair o investimento “per capita” para cerca de quarenta e três euros. Todos esses dados, naturalmente, deixavam nota de um contexto pouco ambicioso, de um contexto triste, enfadonho, cinzentão, que, apesar de uma política de comunicação colorida, mediática e enérgica, não disfarçava aquilo que era a desilusão, que muitos iam já sentindo. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, que começou por dizer que, para si, era uma dupla honra estar ali hoje, obviamente na condição de membro da Assembleia Municipal, essa era a condição que lhe dava alegria cada vez que ali ia, mas, também, na condição de antigo aluno da Calouste Gulbenkian e era uma honra poder voltar ali, e ainda bem que foi possível acolherem-nos com aquela Assembleia Municipal, e agradecer à Administração da Escola o facto de lhes terem aberto as portas, porque também ali passou excelentes momentos, sobretudo, a dar música e hoje ali já lhes deram alguma música. Portanto, não ia ali hoje tocar guitarra, como na altura, nem dar noções sobre harmonias e desarmonias, mas havia uma coisa que era certa, era muito interessante ver ali muita gente, sobretudo da esquerda, que lhes foi dizer que tinham uma Câmara e um Executivo da propaganda, tinham um PSD e um CDS, uma Coligação, que apostava sempre e no máximo na propaganda e na publicidade, mas depois não se coíbem de ir ali fazer números verdadeiros, esses sim, de propaganda bem feita, alguma dela quase socrática, com evocações até de “P”, que eram evocações que cada um terá a sua qualificação do gosto pessoal, mas estando em Braga e conhecendo as conotações que os “P” tinham para um Bracarense, suscitavam-lhes sempre algumas reservas essas referências. De qualquer forma foram as que foram feitas por gente que ainda por cima lhes foi dar lições de moral, sem lhes dar lições de moral, só lhes foi dizer como se

*comportarem na Assembleia Municipal, levava para casa esses ensinamentos, mais um, porque ali fez a sua formação e continuava a fazê-la com muito gosto e com aquilo que era a boa vontade de todos os membros daquela Assembleia Municipal. Mas queria dizer que aquele era um momento de olhar, não como nas grandes opções do plano, para as intenções, mas, sobretudo, para as concretizações e aí passava, sem demoras, à sua intervenção, que começava por dizer que aquele Executivo, como bem se lembravam, propôs-se sempre a uma agenda que diria ambiciosa. O verdadeiro tempo novo que anunciou em campanha obrigava-o, desde cedo, a concretizar essa ambição. Em dois mil e catorze, o orçamento e plano com que se apresentou foi o possível, mas já aí se notou uma diferença. Há um ano atrás, notámos o aumento do rigor, apontamos as melhorias de eficiência e uma maior ligação das contas à realidade do município. Mas sempre dissemos que não mentiriam aos bracarenses. Que era chegado o fim do tempo dos projetos eternamente inscritos no Plano Plurianual de Investimentos. Que não mais empolariam orçamentos com o propósito de adornar a realidade, de, como dizia o povo, “fazer o bonito”. Que não fariam dos documentos estruturais da gestão do município versões romanceadas, autênticos contos ficcionais, de uma realidade alternativa que nunca ultrapassava as paredes da Câmara Municipal. Foram anos de corrosivas metas não alcançadas, de taxas de execução verdadeiramente indigentes. A explicação, essa, ficava sempre a cargo da maledicência de Ricardo Rio ou da má-fé da oposição. De muito pouco valia terem juntas de freguesia desesperadas por ver concretizados investimentos repetidamente prometidos. De nada adiantava assinalar a degradação das contas do município e do perigo que tal significava para o futuro do concelho. O dinheiro dos bracarenses, esse, era como as obras inscritas no Plano Plurianual – eterno, irrestrito e infundável. As bolsas dos cidadãos*

*converteram-se no fundo de maneiio da irresponsabilidade socialista e os resultados ficaram à vista. Bem se lembravam das ondas de choque que a auditoria realizada às contas da Câmara Municipal provocou. Ainda hoje andavam os membros do PS num afã, a tentar explicar às pessoas as diferenças contabilísticas que era preciso ter em conta quando se enunciaram as heranças conhecidas. Hoje diziam, até, com grande energia, vissem bem, que a redução da dívida anunciada pela autarquia vinha só repor a verdade. Afinal a dívida não era de duzentos e cinquenta milhões de euros como anunciaram. Era bom lembrar aqui que a auditoria não se fixou apenas nas matérias que ali avaliaram e que tinham de estar refletidas nas contas anuais do município. Era que os auditores fizeram o trabalho de casa e olharam, por exemplo, para a SGEB e viram, só aí, «um “passivo” de cento e três milhões de euros» não contabilizado. De resto, foram os próprios elementos do PS que reconheceram que a “parceria” como lhe chamaram, serviu para fugir aos limites do endividamento e para fazer com o dinheiro do futuro as obras do presente, as tais que valiam eleições. Falava neste passado, não para evitar o presente, porque esse, como demonstrariam, trazia-lhes grande orgulho. Falava neste passado porque ele delimitava a tolerância democrática que qualquer pessoa de bem podia conceder a quem por ele era responsável. Não lhes pedissem que aceitassem, sem pestanejar, as críticas repetidas à falta de investimento da Câmara Municipal, por parte daqueles que tornaram esse mesmo investimento uma impossibilidade. Não podiam tolerar a crítica dos que lhes deixaram piscinas de oito milhões de euros por acabar. Não podiam deixar de se rir quando viram que aqueles que assinaram parcerias ruinsas (e agora, quais cristãos-novos, se convertiam nos seus maiores detratores), lhes iam pedir mais dinheiro para mais betão. Era mesmo preciso usar de alguma bonomia para conceder margem de manobra*

*crítica, em matéria de investimento, sobretudo, àqueles que se converteram perante negócios pecaminosos. Os tais que deram três milhões de euros a uns outros, por conta de todos nós, para um projeto que, em boa verdade, não era de ninguém. Os mesmos cuja incompetência implicou a devolução dos apoios comunitários do Parque de Fraião. Sim, os que lhes legaram dívidas à ADSE dos TUB e dívidas a fornecedores na Fundação Bracara Augusta. Aqueles que prometeram campos de tiro por um milhão e os obrigaram a pagar o dobro. Ainda os mesmos que expropriaram terrenos no Picoto por duzentos e trinta mil euros e que agora os obrigaram a pagar um milhão. Eram estes, que lhes exigiam mais ação, mais investimento, mais despesa, mais betão. Com franqueza, sem desprimor pelo princípio democrático do respeito pela diferença de opiniões, a esses, com franqueza, mais valia nem responder. Mas ali também cabia uma palavra para a restante oposição. Não negavam a coerência de posições quanto à necessidade de investimento que a CDU e a CEM vinham manifestando. Mas sempre iam, estranhando que, a cada esqueleto que saía do armário (e já não eram poucos), a sua posição fosse a de desvalorizar ou acusar a Câmara Municipal de se esconder atrás do passado. Essa posição, poderia ser revista numa das músicas dos “Mão Morta”, em que Adolfo Luxúria Canibal, parafraseando, assumiria a posição do PS e diria: “o que é que isso interessa?”. E a CDU e a CEM responderiam: “nada”. Isso não era uma posição responsável, por quem queria empreender por um caminho da oposição em que os Bracarenses também se revissem. Era bom que, por cada proposta de investimento que a oposição apresentava, houvesse uma correspondente proposta para o envelope financeiro. Como pagar esse investimento, qual a prioridade a ceder perante essa outra? Era que se assim não fosse, caíam na esquizofrenia de querer tudo e o seu contrário. Queria a oposição que a autarquia tivesse contas*

saudáveis: sim ou não? Reconhecia ou não a oposição que o município se deparava com um problema sério na gestão das suas contas? Em caso de resposta afirmativa, o caminho prioritário teria de ser o da reposição da saúde financeira, a médio e longo prazo, da autarquia. Os propósitos que a Câmara enunciou para a aplicação dos seus recursos e da capacidade de endividamento entretanto conquistada, nomeadamente a reversão da parceria dos sintéticos mereciam ou não a concordância de todos? Se sim, então teriam que reconhecer que a estratégia de aproveitamento dos fundos comunitários era a correta e que novos desvarios faraónicos só poderiam implicar mais anos de dificuldades e mais sacrifícios para os bracarenses. Felizmente, o cenário traçado nos documentos que ali lhes foram apresentados era justamente o do sucesso da abordagem do rigor. Os números da execução do orçamento eram uma lição de transparência, competência e eficácia. O universo contido nestes dados espelhava índices de concretização a que os bracarenses já não estavam habituados. Os noventa vírgula seis por cento de execução, com um total arrecadado de oitenta e cinco milhões oitocentos e oitenta e sete mil e novecentos e seis euros cumpriam com o prometido. Estes documentos diziam-lhes e demonstram-no que as receitas correntes cobradas ascenderam a setenta e quatro milhões trinta mil e setecentos e noventa e nove euros, apresentando uma taxa de execução de noventa e um por cento. Diziam-lhes também que a Despesa executada foi de noventa vírgula quinze por cento do estimado. Mas diziam-lhes sobretudo que o município apresentava uma situação financeira superavitária, realidade pouco comum nos dias que corriam e isso, por muito que custasse à oposição, só tinha uma explicação: rigor. Não havia análise fina que refutasse uma evidência contabilística tão palpável. Mantinha-se, contudo, a conhecida rigidez estrutural da despesa, em que quase setenta e três por cento das despesas

*correntes diziam respeito a despesas com o pessoal. Este era um aspeto crítico na avaliação que devia ser feita dos resultados entretanto obtidos. Era à luz desta rigidez que deviam olhar com redobrado otimismo para o facto de o município ter conseguido, ainda assim, sucessos consideráveis. Era digna de nota a redução, entre dois mil e treze e dois mil e quinze, em vinte vírgula seis milhões de euros, do volume da sua dívida total. E não menos notável era a capacidade para reduzir, em mais de dez por cento, a dívida bancária do Município. Em termos de dívida consolidada, o Universo Municipal registou uma diminuição de cento e sete milhões euros em dois mil e treze, para sessenta e quatro milhões de euros em dois mil e quinze, o equivalente a quarenta por cento no conjunto dos últimos dois anos. Muito importante era também o dado relativo ao volume de compromissos por pagar transitados. Se em dois mil e treze transitaram cerca de quinze vírgula quatro milhões de euros, já em dois mil e catorze foram apenas cinco vírgula oito milhões de euros. E em dois mil e quinze, esta verba desceu ainda mais, para três vírgula nove milhões de euros. Este dado era não só importante pelo que representou de alívio na gestão da tesouraria, mas sobretudo porque permitiu ao município fixar em dezasseis dias úteis o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores. Para se ser respeitado era preciso sabre respeitar. E respeitar os compromissos financeiros era um passo essencial na conquista desse respeito. Para além do compromisso legal de pagar em tempo certo, a redução deste prazo significava que as empresas com quem a autarquia contratava serviços recebiam no devido tempo. E se estas recebiam no devido tempo, os seus fornecedores, trabalhadores e empresários iriam também beneficiar de uma condição básica para que todos os demais compromissos fossem integralmente cumpridos. Isto também animava a economia, isto também garantia postos de trabalho. Isto também mantinha as empresas a laborar. Apesar da crítica*

*recorrente de falta de ambição e apesar de todas as condicionantes financeiras que a autarquia enfrentava, muito foi, ainda assim, realizado. Ao contrário do que se dizia, a aposta nas pessoas, na valorização da participação cívica, no crescimento da economia local, nas parcerias geradoras de valor acrescentado continuou em força. As múltiplas iniciativas destacadas quer no relatório de prestação de contas, quer no relatório de atividades tornavam este ponto claro. Permitiam-se destacar algumas delas pelo seu simbolismo, mas também pela importância concreta que revelaram para vida dos bracarenses. Apesar das dificuldades foi possível continuar o esforço de ajuda a quem mais precisava. O Braga a Sorrir era hoje uma aposta ganha, reconhecida, aliás, pelo vereador socialista do Porto Manuel Pizarro, de insuspeita fidelidade política. Os mais de seiscentos utentes que dele beneficiaram eram a marca visível de um projeto maldito para a oposição. Também aqui se fez a clara distinção entre o que era e o que estava. Entre apostas em betão, ou ajudas concretas às pessoas, a decisão foi simples. No plano da gestão urbana, a aprovação da segunda revisão do PDM resultou de um processo integrador, transparente e sério. A participação dos bracarenses foi notória e o esforço da autarquia para levar a todos os cantos do concelho sessões de esclarecimento e discussão merecia esta nota de distinção. Este esforço de integração da participação cidadã estendeu-se ao renovado e reforçado orçamento participativo, nas suas múltiplas versões. Este era já um projeto dado como adquirido pelos bracarenses e um passo seguro na relação, cada vez mais estreita, entre governantes e governados. Em matéria de defesa do património, os trabalhos preparatórios do Plano de Pormenor e Salvaguarda das Carvalheiras eram todo um manifesto não só de intenções, como de concretizações naquela que era uma preocupação estrutural deste executivo. No “polo oposto”, a transição de Braga para o plano das cidades inteligentes seguiu*

*também o seu curso com uma cada vez maior integração das novas tecnologias e de crescente acessibilidade para os cidadãos. No capítulo do universo municipal, merecia destaque o Theatro Circo. Nos cem anos desta casa mítica, destacava-se o recorde de público, tradução plena do sucesso da nova gestão daquele espaço. Na oferta cultural, a capacidade de superação no número de espetáculos do GeNeRation merecia especial referência, ou não fosse aquele um espaço que se quis e se queria de intensa atividade e participação. Digna de registo era também a crescente procura dos transportes urbanos de Braga cujo aumento de receita era a demonstração cabal de que as apostas certas estavam a ser tomadas. Realçasse-se, de resto, a capacidade de reinvenção dos TUB, que se tornaram mais do que uma mera empresa de transportes. Hoje em dia, os TUB eram o protagonista primeiro do desenho da mobilidade do futuro no concelho e isso devia-se, obviamente, a um novo impulso da gestão e a uma nova orientação política. A Bragahabit prosseguiu um esforço de modernização interno, ao mesmo tempo que procurou continuar o muito necessário processo de revisão das rendas, fator imprescindível de justiça social. Para além disto, foram realizadas obras de manutenção que eram urgentes em muitos dos imóveis afetos à habitação social. A InvestBraga continuou o esforço de captação de investimento e de apoio ao empreendedorismo. Para além de um aumento sensível no número de feiras, os apoios financeiros já gerados para as inúmeras startups que a ela recorriam demonstravam a capacidade de fazer de que muitos beneficiavam e que alguns teimavam em minorizar. Cobia aqui uma nota para o papel extraordinário de internacionalização da marca Braga e para a capacidade de atrair para o concelho as atenções de muitos potenciais investidores. Finalmente, merecia um sublinhado a evolução que se tinha notado na AGERE. Mais do que os resultados positivos a nível financeiro, notava-se o esforço de colocar nos*

*bracarenses os benefícios dessa boa gestão. Não eram só os investimentos nas infraestruturas que o demonstravam, era também a anunciada redução de tarifários que, já em dois mil e dezassete, representaria um bem-vindo alívio para os bracarenses. Relembresse-se que existiam já tarifas especiais para as famílias numerosas, as IPSS e as juntas de freguesia, sendo este um esforço que agora se alargaria a todos os munícipes. O que sobressaía quer do relatório de atividades quer do documento de prestação de contas devia ser medido não só pelos números, mas sobretudo pela realidade. E a realidade era a de um concelho que era reconhecidamente o terceiro do país em qualidade de vida, tendo subido consideravelmente na atração do turismo e na restante atividade económica. O que estes números não diziam, mas era real, era que Braga tinha sido o concelho mais importante no distrito a contribuir para a redução dos números do desemprego. O que estes números não diziam, mas era real, era que a relação entre as pessoas e o executivo era hoje de estreita confiança. Não diziam que hoje as juntas de freguesia eram parceiros por inteiro, como o demonstravam os vários acordos de execução entretanto celebrados. Não diziam que havia inúmeras crianças carenciadas que beneficiavam de refeições gratuitas em período de férias. E também não diziam que os vários incentivos à melhoria da vida das famílias numerosas e dos cidadãos mais idosos eram uma realidade cada vez mais presente na vida dos bracarenses. Não diziam, ainda, o que era uma realidade indesmentível, que Braga era hoje um concelho capital na prática desportiva. E fosse na volta a Portugal, fosse no plano especialmente vocacionado para os bombeiros, ali ridicularizado. Julgava que esta Câmara não distinguia aquilo que era hiperbólico, aquilo que era, infelizmente, o passado das obras faraónicas, daquilo que eram as prioridades mais pequenas da população. Se falavam da iluminação pública e falavam do estádio municipal, porque não*

*falavam, também, da volta a Portugal e dos apoios que foram feitos quer para os funcionários da Câmara Municipal, quer também para esses bombeiros, numa lógica que julgava ser mais do que abrangente. Que era uma referência nas parcerias entre a sociedade civil e a autarquia. O que os números não diziam, mas a prática não conseguia desmentir, era que este era mesmo um tempo novo para Braga. Não estava tudo feito, nem estava tudo bem, mas o caminho estava traçado, a estratégia estava assente e o trabalho estava a ser feito. Continuariam, por isso, a apoiar estes rumos de verdade, transparência e rigor que estava ainda a começar. Votariam, assim, em consciência, a favor dos documentos de prestação de contas. Interveio de seguida o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, para realçar que o seu Grupo Municipal subscrevia em absoluto as palavras do orador anterior, e bem, não só de forma rigorosa, mas também eloquente e ficava preocupado quando perante as evidências, perante as realidades, percebiam que havia companheiros daquela Assembleia, que representavam a população de Braga, que ficavam incomodados com prestação de contas verdadeiras, rigorosas, transparentes, com um exercício que procurava colocar no rigor, não só da gestão, mas da ação dos seus principais valores. Que procurava olhar para as pessoas como principais tributários e destinatários da ação do governo municipal. Quando olhava para as pessoas que criticavam a forma pouco ambiciosa, quando se executava cerca de oitenta por cento do Plano de Investimentos. Quando olhava para pessoas que diziam que ficavam muito preocupados com o betão e que só olhavam para o empreendedorismo e para as startups. Quando achava que uma Câmara que comunicava bem, que promovia Braga e que promovia os cidadãos de Braga era mau, porque era propagandista. Enfim, que olhava para o acessório e não para o essencial. Era complicado perceberem que aquilo que de Braga tinha de bom*

*incomodava muita gente. E, sobretudo, incomodado muita gente, que tendo tido responsabilidades durante décadas, não foi capaz de fazer melhor, porque deixou uma Câmara endividada, não só em dívida registada, mas em encargos futuros. E quando se falou na auditoria, não se falou só na dívida, mas também das responsabilidades, porque quem sabia de economia e de contabilidade sabia bem, que esses encargos futuros eram responsabilidades que mais cedo do que tarde iriam ter que ser pagas pelos contribuintes. Quando viam, e bem, um relatório de gestão e um relatório de atividades, que transferia para o papel todo aquele rigor, toda aquela transparência e também toda aquela verdade ficavam satisfeitos, porque sabiam que Braga estava no bom caminho e que o tal tempo novo que também incomodava muita gente e que foi iniciado em vinte e nove de setembro de dois mil e treze, veio para ficar e isso era bom, porque Braga agradecia e Braga reconhecia o tal índice que colocava Braga como a terceira melhor cidade do país para viver, para visitar e também para fazer negócios, não resultava de matemática criativa, resultava de factos comprovados e de feedback que os próprios cidadãos fizeram para esses inquéritos, de forma isenta e responsável que foi escrutinada. Portanto, ficavam satisfeitos, quando viam que Braga estava no bom caminho e ficavam ainda mais satisfeitos, quando viam que os outros reconheciam que Braga estava no bom caminho, porque foi o concelho do país que mais reduziu o desemprego, resultado, também, dum esforço extraordinário, não só da Investbraga, enquanto entidade municipal que tinha essa responsabilidade da dinamização e da promoção económica, mas, sobretudo, quando reconheciam o extraordinário esforço que os empresários fizeram de atrair mais de cinquenta e sete milhões de euros de novo investimento para Braga, de criar mais de mil e duzentos postos de trabalho, não era de somenos. Isso era, bem pelo contrário, um extraordinário resultado que deveria*

*orgulhar Braga, porque era o emprego que criava coesão e justiça social. Não era só o subsídio ou o assistencialismo que criava coesão e justiça social. Era, sobretudo, o emprego que o fazia, porque o fazia de forma sustentável, sendo certo que tinha sido muito relevante verificar que, no plano de investimentos, mais de cinco milhões de euros, foram aplicados em funções sociais, cerca de sessenta e cinco por cento do Plano Plurianual de Investimentos foi dedicado a funções sociais. Ou seja, a preocupação com as pessoas, ficou bem clara na ação da Câmara Municipal e do Executivo superiormente liderado por Ricardo Rio e isso muito lhes agradava. Também lhes agradava imenso verificar, que uma medida que foi pioneira em Braga, hoje era seguida pelo Governo do PS apoiado pela geringonça de esquerda, que era precisamente entregar manuais escolares aos alunos do primeiro ciclo. Foram duzentos e cinquenta e seis mil euros de investimento de todos para que mais de seis mil e trezentos alunos do primeiro ciclo tivessem manuais escolares. Era um investimento que valia a pena, porque criava justiça social e sinalizava bem a importância que davam à educação e à construção de um futuro melhor para os nossos filhos e para os nossos descendentes. Isso era particularmente relevante, quando ainda hoje se tinha falado da dicotomia entre escola pública e escola privada. Essa não era a discussão. A discussão era ter uma boa educação para todos. Um boa educação justa, isente, mas também rigorosa e capaz de transformar os nossos cidadãos, aqueles que hoje estavam na escola, em futuros homens e mulheres mais preparados para enfrentar esse mesmo futuro e para ajudar o país a desenvolver-se. Registavam com muito agrado essa medida que foi um compromisso de campanha eleitoral e também aí, o tal tempo novo significava cumprir as promessas que se faziam na campanha eleitoral e não só fazer de conta. Se comunicar bem era, para alguns, um problema, lamentava muito dizer que*

*continuassem a comunicar assim tão bem, talvez ainda melhor, porque isso também ajudava Braga a afirmar-se não só na sua esfera de influência, em particular, na dimensão municipal, mas também na comunidade intermunicipal, no Eixo Atlântico, na dimensão regional do norte de Portugal, mas também na euro região Galiza/Norte de Portugal, onde Braga tinha vindo, claramente, a afirmar-se e também aí era justo referenciar o extraordinário papel que o Presidente da Câmara tinha desempenhado, designadamente, hoje também Presidente não só da Comunidade Intermunicipal do Cávado, mas do Eixo Atlântico, como sabiam era uma Associação de Municípios do Noroeste Peninsular. Portanto, o rigor que permitiu reduzir em dois anos, mais de vinte milhões de euros de dívida, que significava, sobretudo, capacidade de investimento para o futuro. Significava, também, ter capacidade de aproveitar da melhor maneira os fundos comunitários, que em dois mil e quinze não estiveram disponíveis e, também, por isso, sabiam bem que o Plano Plurianual de Investimentos teve que ser mais modesto e mais contido, porque não estava ao dispor da Câmara Municipal o principal envelope de dinheiro público que normalmente ajudava ao investimento, sabiam hoje que a Câmara tinha melhor ratio de endividamento e, portanto, melhor capacidade de investimento. Isso, aliás, foi uma das conquistas que Portugal fez nos últimos quatro anos de governação da Coligação PSD/CDS, que permitia, hoje, que o PS conseguisse distribuir mais depressa os rendimentos e pudesse fazer os tais exercícios de comunicação, que agora o PS e a geringonça de esquerda gostava tanto de criticar. Efetivamente, gerir bem, gerir com rigor, reduzir a dívida, paga a tempo e horas, ter prazos de pagamento de dezasseis dias com os fornecedores, injetar a liquidez nas empresas, sobretudo, respeitando os compromissos, era boas práticas de gestão, que registavam e muito apreciavam. Aparentemente, nem toda*

*a gente gostava dessas boas práticas de gestão e, por isso, criticava. Criticava que não havia cultura, mas o Theatro Circo batia o record de mais de cento e quatro mil espetadores em dois mil e quinze, precisamente, no ano do centenário. Era também importante registar que os TUB apresentaram contas positivas. A Agere batia, ano após ano, os resultados líquidos e permitia, já no próximo ano, reduzir tarifas e no ano de dois mil e dezasseis não aumentar tarifas, ainda que os custos operacionais, do ponto de vista do serviço público, não tivesse diminuído, o que melhorou foi a eficiência na gestão e na aplicação dos recursos. Apreciava muito registar que a Investbraga voltou a ter resultados positivos e que as feiras realizadas no Parque de Exposições, continuavam a bater recordes, a Agro à cabeça. E isso significava mais atração de investimento para Braga. Significava colocar Braga mais reforçada no mapa do investimento e do empreendedorismo. Este empreendedorismo não era mau e não percebia por que a esquerda não gostava das startups, não gostava do empreendedorismo de inovação, não gostava de novo emprego baseado em conhecimento. Ficava muito incomodada, porque mais startups, mais GNRation significava tirar dinheiro a outros investimentos. Bem pelo contrário, significava trazer mais rendimento para a cidade, que depois era melhor distribuído. Mas não era para fazer obras megalómanas. Naturalmente, que todos gostariam que o S. Geraldo não fosse aquilo que era hoje. Isso era óbvio. O problema era que havia um grande compromisso. Tiravam dinheiro às funções sociais ou às freguesias e compravam um imóvel que nem sequer sabiam o preço real dele, que nem sequer sabiam o que isso poderia custar no futuro. Portanto, essas opções eram opções de rigor. Eram opções de justiça, que procuravam endereçar aquilo que mais interessava para a governação municipal, que era governar para as pessoas. E se comunicar bem, se cortar as árvores, se treinar os bombeiros era mau, inclusive, motivo até*

*de alguma chacota na apreciação do relatório, diziam, continuasse Sr. Presidente a fazer isso, a apostar na proteção civil e registavam com muito agrado que subiu o investimento mais de cento e setenta por cento na proteção civil. Naturalmente que esses valores também eram influenciados pela construção do novo quartel, coisa que o PS, em trinta e sete anos, não foi capaz de fazer e tinham hoje um quartel miserável dos Sapadores Bombeiros. Tinham neste mandato da Coligação Juntos por Braga, a primeira vez, em muitos anos, de uma parceria com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Braga, coisa que foi sempre excluída e negada pelo anterior Executivo Socialista e, portanto, continuasse o Sr. Presidente a apostar na proteção civil, com essa preocupação. Continuasse a iluminar Braga com melhores sistemas de eficiência energética, foram oitocentos e dezassete mil euros de investimentos. Era pouco, claro que sim. Tinham que continuar a iluminar Braga. Pelos vistos, não só Braga, como as mentes pouco iluminadas de alguma oposição esquerdista que continuava a achar que perto de sua casa tinha pouca luz. Provavelmente tinha que olhar melhor para as luminárias que a Câmara Municipal continuava, sistematicamente, a colocar nas nossas ruas e tornar Braga uma cidade mais luminosa. Não só mais iluminada, mas também mais luminosa para a região, para o país e para o mundo. Por isso, não podia deixar de registar que o Relatório de Gestão e o Relatório de Atividades eram, efetivamente, dois bons documentos. Dois documentos que tinham marketing comunicacional, claro que sim. Ainda bem. Seria tonto que não o tivesse. Seria tonto que não fossem capazes de traduzir “preto no branco” os números da verdade. Mas também significava que estavam, hoje, no tal novo caminho, que há pouco foi referenciado como um novo tempo, não só de propaganda eleitoral, que foi aquela que fizeram e que lhes permitiu ganhar as eleições, era preciso não esquecer, mas também um*

*tempo novo que projetava Braga como uma cidade melhor para viver e muitos dos exemplos que aquele Relatório de Atividades sinalizavam eram disso prova. Era também uma melhor cidade para visitar, o turismo batia recordes todos os anos. O Posto de Turismo, em dois mil e quinze, teve muito mais visitantes que em dois mil e catorze. Os eventos, não só os emblemáticos, como a “Semana Santa”, ou a “Braga Romana”, mas também todos os eventos que Braga ia realizando, iam conseguindo ter, cada vez mais, público e cada vez mais destaque até na comunicação social e, por isso, também era uma cidade melhor para visitar e era uma cidade melhor para investir, não só porque o ranking de terceira cidade o demonstrava, mas porque também estava bem declarado num projeto, que a Investbraga, com mais trinta empresas, que já manifestaram intenção de investimento até dois mil e vinte de mais de trezentos e cinquenta milhões de euros. Investimento bem declarado e bem determinado, não eram só meras intenções, eram concretizações que o tempo demonstraria que seria verdade, que iriam alavancar mais de mil e quinhentos novos postos de trabalho. E, portanto, por esses motivos dizer, que sendo certo que Braga era hoje uma cidade melhor para viver, uma cidade melhor para visitar, uma cidade também melhor para investir. Braga era hoje também uma cidade que tinha uma nova centralidade e uma nova projeção, não só no país, mas também na Península Ibérica e, também por isso, no tal novo tempo de rigor, de transparência e de verdade, o CDS-PP iria votar favoravelmente esses dois documentos. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dizer, de uma forma muito sintética, porque, de facto, as intervenções dos três partidos da oposição não justificariam resposta em particular, e as duas intervenções dos partidos da maioria foram, também elas, por mais eloquentes, naquilo que saltava à vista dos mais distraídos. E os*

*próprios documentos, como ali também foi dito, expressavam de uma forma clara, algo, que tendo uma natureza predominantemente matemática, não deixava de ter também um cunho literário, até, como ali quase já foi sugerido, importante, porque de narrativas se construía a realidade política de cada governo, fosse ele nacional, ou local. E a verdade era que a Braga de hoje, não era igual à Braga de há dois anos e meio. Aquilo que este Relatório expressava, era a forma como este Executivo Municipal tinha gerido os recursos da autarquia, de forma a concretizar metas, de forma a corporizar a tal estratégia que ali, aparentemente, foi criticada e de forma a produzir resultados que fossem sensíveis por parte da população, sendo certo, porém, que gerir a coisa pública era sempre a gestão do possível. Como ali já foi dito noutro contexto, todos gostariam de ter milhões e milhões de obras realizadas um pouco por todo o concelho. Gostariam de aligeirar, ainda mais, a carga fiscal de todos os munícipes. Gostariam de oferecer manuais escolares até para os outros ciclos de ensino, para as diversas áreas de escolaridade. Gostariam de desenvolver muito mais atividades em todos os contextos da gestão municipal. Seguramente que, qualquer um do Vereadores dos que estavam na maioria a todos os outros da oposição, teriam mil projetos para apresentar e todos eles seriam, seguramente, ali defensáveis por aquela plateia, como muito benéficos, para o futuro do nosso concelho. Mas, a verdade, era que havia uma conta para fazer e havia um saldo que tinha que chegar ao final do dia. Era que, aquilo que se recebia, não podia ser menos do que aquilo que se iria pagar e isso era algo com que tinham que lidar e aquelas contas traduziam bem essa realidade, de quem, ao longo destes dois últimos anos, tinha procurado não empolar receitas, não agravar os custos para os cidadãos, com os serviços que lhes eram prestados pelo Município. Viu há bocado, um pouco divertido até, o Deputado João Nogueira, dizer que há dois anos que andavam a*

*subir as tarifas da Agere e que agora as iam descer, mas esqueceu-se, se calhar, que andou dez anos a subi-las bem mais, quase o dobro, do que aquilo que subiram durante aqueles dois anos e que em dois mil e dezasseis, por exemplo, já foram e que só em dois mil e dezassete iriam iniciar a sua trajetória descendente, como também já tinha sido anunciado. Esta gestão do possível era precisamente de pegar nos recursos que tinham e gastá-los bem. Podia, se calhar, naquele documento ter uma piscina olímpica, que custava oito milhões de euros e que duplicava aquele que foi o investimento realizado em dois mil e quinze. Mas chegavam a dois mil e vinte e tinham alguém a perguntar, mas porque gastou mais oito milhões, ainda faltava mais oito para acabar a obra e ainda continuava sem ter solução para aquele problema? Mas a taxa de execução e o investimento no ano de dois mil e quinze teria sido extraordinário, porque estava a gastar muito bem gasto, seguramente, o dinheiro dos Bracarenses. Porque essa era outra dimensão que cumpria ali lembrar, era que quando se falava do dinheiro da autarquia, não havia nenhum cofre secreto, pelo menos, ainda não o descobriu, não havia nenhuma mina, nem nenhum poço de petróleo. Havia, efetivamente, os recursos que iam sorvendo dos Bracarenses, através dos impostos, através das taxas que ia cobrando. E, curiosamente, este Executivo Municipal até tinha vindo a desonerar, cada vez mais, os Bracarenses no IMI, no IRS, na Derrama, nas Taxas e Licenças, até as Juntas de Freguesia, hoje, pagavam menos água do que pagavam há um tempo atrás. E isso era ser socialmente responsável e corresponder aos anseios das pessoas nessa mesma matéria. Dos números que ali foram apresentados, julgava haver algumas verdades, que eram inquestionáveis. Dizia-se há pouco, que estavam com obsessão da dívida, que agora só queriam amortizar a dívida. E a pergunta que se podia colocar era, mas havia alguma dessa dívida, que não tivessem que*

*amortizar? Quando há pouco o Deputado Pedro Sousa dizia que há quatro anos se andava a amortizar dez milhões de euros por ano. Não teriam que manter esse ritmo até liquidar os seus compromissos? A diferença era que, não só liquidavam aquilo que tinham que liquidar, como não criavam nova dívida, que ficava por pagar para o futuro. E essa era a diferença, substancial, porque como também resultava dos dados ali apresentados, em dois mil e treze foi muito fácil fazer muita obra, muitas inaugurações, para tentar ainda salvar a pele e poderem salvar as eleições. Mas ficaram quinze milhões por pagar, que foi esta Câmara que pagou durante o ano de dois mil e catorze e que ainda em dois mil e quinze tiveram que registar uma migração de cerca de cinco milhões de euros, que vinham de dois mil e catorze. Mas já este ano eram só três milhões que deixaram transitar e era, por isso, que os prazos de pagamento desciam e cumpriam perante terceiros, inclusivamente, mais uma vez, as próprias Juntas de Freguesia, os fornecedores, as suas contrapartes, os seus financiadores, para serem, de facto, uma autarquia responsável. E cumpria dizê-lo, também, porque nunca era demais, que não era legítimo dizer que, hoje, a situação era muito mais simpática do que aquela que foi apresentada pela Auditoria. Porque como já ali foi perfeitamente explicado, a Auditoria refletia, quer a dívida reconhecida na contabilidade, quer os compromissos pendentes, que não tinham sido reconhecidos nessa contabilidade. E, esses compromissos, enquanto a SEGEB não fosse resgatada, enquanto não estivessem ultrapassadas todas as pendências judiciais, elas iam chegando. Umas, conseguiam dirimi-las por acordo e até eram acusados de qualquer tipo de ilicitude no Ministério Público, iam ver onde esse processo ia parar. Outras, iam sendo julgadas nos vários tribunais e ainda, recentemente, viram a fatura que teriam que pagar adicionalmente à Diocese, e, outras, ainda viriam com os anos, à medida que os processos fossem sendo*

concluídos, e, portanto, essa herança era algo que iria também perdurar no tempo. Do ponto de vista das receitas, ressaltou-se ali que o IMI aumentou. Mas o IMI aumentou, tal como aumentaram os lucros da Agere. Tal como aumentou a receita dos Transportes Urbanos e o aumento, em termos de bilheteira, do Theatro Circo. Não foi porque estivessem a cobrar mais, não foi porque estivessem a pagar, cada um de nós, mais do que aquilo que pagávamos no passado, foi, porque no caso do IMI, havia uma base de tributação que era superior do que aquela que havia no passado e, portanto, havia mais gente a pagar, havia mais valores a serem tributados e mesmo atribuindo descontos às famílias, mesmo reduzindo as taxas que estavam a ser cobradas, o valor global era superior. No caso da Agere, recordava, estavam aí a reduzir até o valor que foi aplicado para as IPSS's, para as famílias numerosas, para as Juntas de Freguesia, e, mais uma vez, conseguiram aumentar o valor da receita sem estar a onerar mais os cidadãos. Nos Transportes Urbanos, os passes estavam congelados e os tarifários, há mais de dois e o que acontecia, ao contrário de todas as outras empresas transportadores a nível nacional, os TUB tinham vindo a registar um crescimento de utentes, um crescimento de viagens e isso era que, obviamente, permitia a realização de receitas. Como no Theatro Circo haver mais de cem mil espetadores, ou como no GNRation terem mais de trinta e quatro mil espetadores também, porque a cultura não era só o Theatro Circo. E, do ponto de vista daquilo que eram as realizações, julgava que aquele documento era perfeitamente elucidativo e, até, se calhar, pecava por defeito. Porque aquilo que já andava há várias Assembleias Municipais à espera de ouvir, nomeadamente, dos responsáveis do PS, era qual foi a medida, qual foi a iniciativa positiva que este Executivo deixou de concretizar, desde o passado para hoje. Qual foi a medida que era um emblema, uma iniciativa positiva

*desenvolvida pelo Executivo anterior, ou pelos vários Executivos anteriores, que este Executivo deixou de realizar e, bem pelo contrário, muitas delas, que eram realizadas, sem alterar o seu figurino, foram melhoradas na sua dimensão, no seu alcance e no seu impacto. Não havia uma medida que tivesse sido retirada dessas positivas que os cidadãos, efetivamente, consideravam como boas para a gestão do seu município. E, aliás, cumpria ali dizer que foi muitos anos, como sabiam, quer Deputado Municipal, quer líder partidário, quer Vereador na oposição e nunca ninguém o ouviu dizer que o município não fazia nada, que o município não tinha resultados para apresentar. Bem pelo contrário, aquilo que sempre fez naquela Assembleia e nos vários fóruns onde participou, foi apresentar propostas diferentes, foi identificar lacunas e demonstrar como elas poderiam ser supridas nas áreas que hoje estavam a trabalhar para marcar a diferença no desenvolvimento económico, na qualidade do ambiente, na valorização do património, nas respostas sociais, na gestão eficiente dos recursos do município e das próprias empresas municipais e em todas essas áreas, de facto, a diferença, hoje, era muito sensível. E tanto assim era, que havia dois aspetos que não podia deixar de realçar. Em primeiro lugar, do ponto de vista concreto dos compromissos do Município e daquilo que era o Executivo Municipal, foi sufragado no ano de dois mil e treze com um programa eleitoral. Quem lesse esse programa eleitoral, à data de hoje, dois anos e meio de mandato, verificaria que setenta e cinco por cento desse programa estava integralmente cumprido. Queria isso dizer que, àquilo que de bom o passado realizava, tinha que juntar setenta e cinco por cento de todo um programa eleitoral, que foi concretizado naqueles dois anos e meio de mandato, que marcava a diferença, como disse. E há pouco, quando se falava, de que Braga era o motor do norte, os dados eram oficiais, não foram eles que fizeram os indicadores de conjuntura da CCDRN, nem do INE,*

*nem do IFP. E, dirigindo-me à Sr<sup>a</sup> Deputada Paula Nogueira, disse que os cento e quarenta e três contratos de emprego de inserção, que trabalhavam na Câmara Municipal, todas as semanas recebia dezenas de cidadãos que lhe iam colocar as suas dificuldades e oitenta por cento deles agradeceriam de pés juntos se lhes desse um contrato de emprego de inserção, para trabalhar na Câmara, porque, obviamente, isso lhes daria oportunidade de sustentar as suas famílias, lhes dava a oportunidade de ter acesso a um emprego, ter muito mais formação e experiência profissional que, obviamente, o parasitismo de quem não tinha uma oportunidade, não tinha algo que pudesse realizar as suas aspirações, obviamente, o condenava. Isso era algo que a Sr<sup>a</sup>. Deputada deveria respeitar e deveria valorizar a Câmara Municipal por dar essa oportunidade. Por outro lado, para quem não tinha pão na mesa, qualquer migalha servia, necessariamente. Que nunca lhe faltasse o pão. Essa realidade que hoje tinham no concelho de Braga podia ser medida de todas essas formas. Podia ser medida pelos projetos. Podia ser medida pelos meios e podia ser medida pelos resultados. E quando ouvia os responsáveis da oposição a dizer que a Câmara Municipal conseguiu construir um mundo ideal. Que conseguiu criar um imaginário nos Bracarenses, de que ali e agora tudo era perfeito. De que, efetivamente, vendiam a ideia de que tudo se fazia e de que tudo acontecia. Pelo menos aí convenciam-se que, de vez em quando, pelo menos saiam à rua e além de verem as fotografias e os jornais, também falavam com as pessoas. Porque a verdade era que, essa era a perceção das pessoas, era que hoje a realidade era substancialmente diferente, era substancialmente melhor e não se iludia com esses elogios, que lhe dirigiam. Sabiam que havia muito por fazer e iriam continuar a fazê-lo. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e cinco votos a favor; com dezasseis votos contra e com seis***

*abstenções. PONTO NÚMERO TRÊS – MODIFICAÇÕES DO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA PARA DOIS MIL E DEZASSEIS E MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA DOIS MIL E DEZASSEIS - REVISÃO NÚMERO UM. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo, nos termos da alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, relativa às Modificações do Orçamento da Receita e Despesa para dois mil e dezasseis e Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e dezasseis - Revisão número um, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta aprovada com quarenta e quatro votos a favor; com quatro abstenções e com treze votos contra. PONTO NÚMERO QUATRO – PROPOSTA DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de vinte e nove de março do ano em curso, relativa ao Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos, tomou o uso da palavra o Sr. Deputado da C.D.U., BRUNO ANDRÉ FERREIRA GOMES DA SILVA, para dizer que chegada era a hora de perguntar ao tempo que novo tempo era este que tanto se assemelhava aos velhos vícios de um tempo que já lá ia. Importava, pois então, analisar o relatório que ali se submeteu à votação, com o propósito de se lobrigar a boa nova anunciada com o advento do messias presidencial. Através do sucinto articulado que lhes foi apresentado, contactava-se que existia uma tendência notória para o minimalismo informativo. Um minimalismo que se*

*confundia, amiúde, com a tal preguiça aventada e imputada por Ricardo Rio à oposição. Pecado capital que não podia deixar de ser sublinhado em virtude do amontoado de palavras que, em grande medida, mais não faziam do que reproduzir o respetivo diploma legal, numa clara tentativa de hiperbolizar o pouco ou o nada que se fez, em prol de uma sadia partilha democrática. A caminho do terceiro ano de mandato, seria curioso que, num plano meramente ficcional, o vereador Ricardo se insurgisse contra o edil Rio, recorrendo às mesmíssimas palavras proferidas por aquele que já exigiu ao poder aquilo que não facultava enquanto poder: “Organizem-se”, diria Ricardo. “É inaceitável que o documento tenha sido disponibilizado apenas dois dias úteis antes da discussão”, incriminaria Rio. “A sucessiva invocação da limitação de tempo para apreciar as matérias, que se tem repetido em diversas circunstâncias, só pode resvalar para uma apreciação de preguiça em relação àquilo que é o seu desempenho neste mandato”, remataria Ricardo. “Falta de vontade política ao não dar conhecimento da proposta final”, acusaria Rio. “Não estamos a falar de um documento que pudesse ser discutido na reunião de câmara. Este é um documento absolutamente binário do ponto de vista da sua aprovação: ou se concorda ou não se concorda”, retorquiria Ricardo. “Não permite à oposição verificar se houve ou não alteração significativas em relação ao documento apresentado para discussão pública”, arguiria Rio. “A maioria cumpriu a lei”, replicaria Ricardo. “Tais atos não se compadecem com os princípios éticos sólidos, complementares dos valores da responsabilidade política, da transparência e da cultura democrática”, alegaria Rio. Pois bem, aqueles que outrora carpeavam lamentos pela falta de transparência da pretérita maioria municipal, enjeitavam, hoje, os mesmos vícios que lhes eram imputados, pesasse embora a similitude do “modus operandi” fosse demasiado óbvia. Bem sabiam,*

senhor presidente, que já nada era o que era. E provavelmente nunca mais o seria. E mesmo que o fosse, algo lhes dizia que já não seria o que era. Pesasse embora se lembrassem muito bem da sua posição enquanto oposição. Não podiam, contudo, assacar ao pecado capital supra aludido todos os vícios que afetavam o relatório com o qual a maioria de direita pretendia vangloriar a sua justeza. E não podiam ser tão condescendentes com as falhas alheias mormente quando estas se apresentavam sob a forma de desonestidade intelectual. Desonestidade intelectual. Era esta a única ilação que resultava de um relatório que, a páginas tantas, subvertia a realidade dizendo, sem se deter, o seguinte: “No exercício do direito de oposição, foi ainda disponibilizada a consulta de processos solicitada.” Omitiu-se, desta forma, o destempo da apresentação de tais documentos, impedindo que a oposição acesse e analisasse convenientemente a informação. Quão tão útil seria, senhor presidente, a humildade que o vereador Miguel Bandeira transmitiu a esta casa, quando reconheceu a necessidade de agilizar procedimentos. Quão útil seria se o senhor presidente não encarasse o senhor vereador como um mero apêndice da sua máquina de propaganda, evitando-se, deste modo, o chumbo que este relatório iria merecer. Ademais, do alto da sua benevolência, alegava a maioria que “continua a disponibilizar um gabinete de trabalho aos Senhores Vereadores, para que exerçam condignamente a sua atividade, com apoio administrativo permanente e dotado de todos os equipamentos adequados a esse mesmo exercício.” Pesasse embora tal gabinete não se situasse nas instalações da sede do município. Não obstante continuasse a enjeitar que os vereadores da oposição dispusessem de uma assessoria personalizada e efetivamente disponível, facto que patenteava um notório desaproveitamento da horda de boys que tão abnegadamente estaria disponível para cercear as necessidades de uma oposição

que não retirava o ganha-pão da atividade camarária. Para concluir, senhor presidente, atendendo a que era da competência do Presidente da Câmara promover o cumprimento do Estatuto da Oposição, restava-lhes imputar-lhe tais faltas, não sem antes lhe dedicarem o seguinte conselho: “Vives, dizes, no presente, Vives só no presente. Mas nós não queremos o presente, queremos a realidade. Queremos as coisas que existem. E não as ficcionadas. Queremos, tão-somente, a realidade”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e oito votos a favor; com catorze abstenções e com quatro votos contra.** **PONTO NÚMERO CINCO – PROJETO DE REGULAMENTO DE APOIO À HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, o projeto de Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga, após consulta pública (artigo centésimo primeiro do C.P.A.), que aqui se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado da C.D.U., RAUL ALFREDO CARDOSO PEIXOTO DA SILVA,** para, inicialmente, informar que a CDU iria votar contra o Regulamento agora apresentado. E votaria contra por duas ordens de razão. Umas, que se referiam ao próprio Regulamento e outras, que se referiam à própria lei, chamada de habilitante, a lei que estava na base daquele Regulamento. Tinha para si, que um Regulamento devia conter, essencialmente, matéria regulamentar e quando transpunha normas da lei habilitante, para dar uma certa uniformidade ao texto, devia fazê-lo com todo o rigor, ou seja, devia transcrever a lei, vírgula por vírgula, ponto por ponto, sem alteração absolutamente nenhuma. E porquê? Não só porque não o podia fazer, como se o fizesse daria origem a uma confusão legislativa absurda. Ora, não foi isso que a Câmara Municipal lhes levou ali. A Câmara Municipal levou-lhes um Regulamento que era a transcrição em

*quarenta artigos do arrendamento apoiado e do subarrendamento e nos quarenta artigos, três eram regulamentares, os outros eram transcrição absoluta da lei. Só que, a Câmara Municipal reinterpretoa a própria lei. Reescreveu a própria lei e o texto que ali levou, na maioria das vezes, não tinha qualquer tipo de correspondência com a própria lei. Ou seja, esse facto iria causar, em vez de certeza e segurança, que a Câmara Municipal previa no preâmbulo da própria lei, a confusão absoluta na interpretação da lei, nomeadamente no artigo quarto, quanto à finalidade, no artigo sexto, quanto aos impedimentos, onde reinterpretoava a própria lei e de forma errada e, às vezes, ia tão longe, que até não tinha qualquer relação com a própria lei e praticamente podia dizer-se que estava a regulamentar uma matéria para a qual não tinha competência para regulamentar, nomeadamente, na transmissão da posição contratual, por morte dos arrendatários. Quanto à matéria regulamentar, como acabou de dizer, dos quarenta artigos, três eram matéria regulamentar. Um deles, o artigo décimo segundo, que era da publicitação, em que a lei inicial dava a capacidade à Câmara Municipal de regulamentar a lei. Ora, neste artigo, a Câmara, pura e simplesmente, transcreveu o artigo inicial e absteve-se de o regulamentar, quando era extremamente fácil fazê-lo, de acordo com as necessidades e com as condições da própria situação da Autarquia, nomeadamente, em relação à publicidade, porque o que a lei dizia nessa matéria e esse era um problema que vinha de anteriormente, havia uma falha da Câmara na comunicação dos seus atos em relação aos particulares. Desconfiava que o universo das pessoas, que se serviam do arrendamento apoiado, fossem pessoas habituadas a socorrer-se dos meios eletrónicos para ter acesso à informação. A coisa poderia ser regulada, muito simplesmente, através de editais colocados na entrada da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia. A Câmara abdicou disso. No artigo oitavo,*

a Câmara estabelecia uma série de critérios onde iam ser atribuídos os apoios à habitação. Não tinha condições nenhuma para dizer se esses critérios estavam bem ou mal, só na prática e com a sua aplicação se poderia prever. Mas, a Câmara conseguia aí um maquiavelismo jurídico completamente espantoso, através do artigo décimo e para que não tivessem dúvidas passava a lê-lo: “Aos beneficiários da RADA e subarrendatários no Regime de Subarrendamento Apoiado pode, excecionalmente, e sob proposta dos serviços técnicos da Bragahabit, ser diretamente entregue habitação no Regime de Arrendamento Apoiado, sem necessidade de integração na listagem prevista no artigo sétimo e de aplicação do disposto no artigo oitavo do presente Regulamento”. Ou seja, com um simples artigo atirava-se às malvas, quer a lei, quer o Regulamento. Aquilo que se dizia era que a Bragahabit podia fazer o que quisesse, como quisesse e quando quisesse. Era a discricionariiedade absoluta. Bastava isso para que votassem contra aquele Regulamento. Mas, como disse, também votavam contra o Regulamento, porque a lei, em si, lhes merecia absolutas reservas. E era evidente que se não concordavam com a lei, também não poderiam concordar com o próprio Regulamento dessa lei. O Partido Comunista tinha dois projetos de lei apresentados na Assembleia da República, um deles em Comissão, que pedia a suspensão da aplicação dessa lei e na qual inseria um texto de regulamentação provisória, enquanto o assunto não fosse resolvido. E tinha uma outra proposta de alteração da própria lei, naquilo em que não concordavam, ou tinha objeções graves àquela lei. Uma delas, e aí estavam de acordo com a Câmara Municipal, era a limitação absurda que aquela lei veio dar as Câmaras Municipais, por forma a poder regulamentar essas normas. Sabiam que o parque habitacional de todas as Câmaras Municipais era diferente. A realidade social dos diversos concelhos era diferente. E, portanto, as Câmaras Municipais

*deveriam ter uma amplitude que pudessem regulamentar de acordo com as necessidades do seu próprio concelho, que só elas conheciam. Esta lei limitou isso de uma forma estúpida. A Câmara Municipal, no preâmbulo, queixava-se disso e com toda a razão e essa era uma alteração que previa. Mas, existia uma outra alteração, e das suas objeções, citava três. Uma, era esta. A segunda, era em relação aos critérios, onde se estabelecia o rendimento, para se poder atribuir a habitação de renda apoiada. A lei falava sempre e girava à volta do rendimento bruto. Ora, o que as pessoas dispunham, para satisfazer as necessidades da sua própria família do dia-a-dia, era o rendimento líquido. Não interessava saber qual o rendimento bruto. O que interessava saber era o que cada um dispunha, para satisfazer as necessidades do agregado familiar. Pedia-se uma alteração em relação aos critérios para estabelecer o rendimento líquido. E, mais do que isso, o rendimento líquido permanente. Aquele rendimento que não estava sujeito a alterações eventuais, por exemplo, das horas extraordinárias que se poderia fazer num determinado mês e que no mês seguinte deixou de se fazer. Portanto, isso não contaria. Mas, existia uma outra, e essa para si fundamental, rejeição absoluta, que eram os despejos administrativos. E isso aí envolvia até uma perceção ideológica por trás disso, uma base ideológica e que já se refletiu agora na afirmação do Sr. Presidente da Câmara em relação aos empregos e às migalhas. Aqueles arrendatários, por não terem rendimentos e por terem beneficiado de um arrendamento apoiado, não poderiam ser tratados de maneira diferente de todos os outros arrendatários, por uma razão muito simples, era que as Câmaras Municipais, o poder político, não estava a dar uma esmola, não estava a criar um benefício, não estava a dar um bodo aos pobres. Estava a cumprir uma obrigação. Ou seja, de garantir no seu concelho, a consagração do princípio constitucional do direito à habitação e, por isso, era completamente*

*absurdo, que esses arrendatários tivessem uma discriminação negativa em relação aos restantes arrendatários e fossem tratados de forma discriminada. Isso para a CDU era inadmissível. Pensava que todos esses motivos eram mais do que justificativos para o seu voto contra daquele regulamento. Registou-se depois a intervenção do Sr. Deputado da C.E.M., MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA, para destacar que o grupo Cidadania em Movimento, analisando o Projeto de Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga, considerava positivo o esforço da Câmara Municipal de Braga em reunir num único documento vários textos avulsos, uniformizar procedimentos e, assim, sistematizar a regulação dos vários regimes, ou modalidades de apoio, a famílias e pessoas carenciadas na área da habitação, tentando orientar-se por critérios objetivos e princípios de igualdade de acesso e transparência na seleção de candidaturas a regimes de arrendamento apoiado e/ou subarrendamento apoiado e ainda de residência partilhada. A CEM, grosso modo, não tinha objeções a uma parte considerável do articulado do Regulamento, distanciava-se e assumia, todavia, um posicionamento crítico perante o afloramento duma orientação excessivamente disciplinadora e até punitiva, nomeadamente para quem tivesse ocupado uma casa por necessidade ou tivesse sido sujeito a despejo de uma casa pertencente à BRAGAHABIT nos dois anos anteriores (artigo seis, alínea vii); sendo sancionada com pagamento em dobro a diferença entre a renda paga e a renda devida quem não fizesse comunicação atempada na revisão do aumento da renda (artigo vinte e dois, alínea doze); sendo excluídos candidatos ao Regime de Apoio Direto ao Arrendamento (RADA) que não tivessem quatro anos de residência no concelho de Braga (artigo trinta e nove, alínea dois). Era ainda de registar o disciplinamento e a moralização nalguns artigos, penalizando moradores com uma resolução unilateral do contrato: o preconceito para com*

*moradores sob a BRAGAHABIT, cujo eventual comportamento alegadamente desrespeitoso ou violento para com técnico ou funcionário da BRAGAHABIT não era sujeito ao contraditório administrativo ou judicial (artigo vinte e sete, alínea d); a obrigação de pedir autorização para alguém permanecer na habitação por período superior a um mês (artigo vinte e sete, número um alínea e) e número dois); o acréscimo de vinte e cinco por cento para além das devidas indemnizações por danos causados na habitação. E, relativamente às Residências Partilhadas, a prescrição (absurda, discriminatória e quiçá inconstitucional) de só poder receber visitas de familiares e amigos até às vinte e duas horas e a necessidade de autorização por escrito pela BRAGAHABIT para visitas além das vinte e duas horas mesmo em caso de doença, acidente ou outra (artigo sessenta e dois alíneas d) e e). Havia inclusive em relação a estas residências partilhadas, uma regulamentação detalhada que comportava uma excessiva ingerência com restrições suplementares de liberdades básicas (por exemplo, não permitir ou facilitar a pernoita de terceiros não co beneficiários (artigo sessenta e três alínea j). Ou seja, já não bastava ser pobre e excluído de direitos sociais básicos, importava ainda aplicar o ferrete do estigma e vigiá-los, higienizá-los, discipliná-los e controlá-los até nos seus espaços de intimidade. Além disso, o concurso por inscrição via internet (artigo sete) podia prejudicar pessoas info-excluídas, podendo estas ser postergadas na lista por inabilidade ou falta de celeridade. A inscrição exigiria a intervenção doutras entidades como a Segurança Social ou as Juntas de Freguesia mais conhecedoras das situações e das pessoas em emergência. Como era do conhecimento público, a Comissão Parlamentar Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação estava a preparar uma revisão desta matéria, nomeadamente sobre a Habitação em sede parlamentar e, por isso, a CEM, independentemente das*

*discordâncias nalguns artigos, considerava inoportuna a aprovação de um Regulamento que se arriscava a ter de sofrer nova revisão com base na nova lei. E, por isso, propunha a suspensão da proposta para uma outra que tivesse em conta o teor da nova lei sobre Habitação, Rendas e Apoios à Habitação a nível central ou municipal. Se não fosse aceite essa proposta, votariam contra o Regulamento. Interveio posteriormente o Sr. Deputado do P.S.D., AMÉRICO DOS SANTOS AFONSO, para dizer que, depois das anteriores intervenções, carecia de alguns esclarecimentos. De facto, era importante, sob o ponto de vista histórico, terem acesso ao processo de desenvolvimento daquele próprio projeto de Regulamento, uma vez que aquilo que a Câmara Municipal, nomeadamente a Bragahabit fez, foi uma constatação do resultado de uma constatação, que era um conjunto de questões de debilidade processual, nomeadamente, naquela área tão sensível, como já foi referenciado, e que decorria que o suporte regulamentar existente, não eram mais do que meras instruções de acesso e definição de escalões de apoio, verificando-se uma ausência notória de regras esclarecedoras que permitissem ou que evitassem, neste caso, a elevada discricionariedade que existia na escolha, na atribuição dos apoios e que, infelizmente, criava frequentes desigualdades, conforme se recorria a um ou a outro regime de apoio à habitação. Claro que o objetivo subjacente foi exatamente desenvolver um trabalho que visasse criar um Regulamento mais completo, mais claro, mais equitativo e transparente. E isso foi, de facto, o que levou à elaboração de um novo projeto de regulamento, que se iniciou no segundo semestre de dois mil e catorze. Aquilo que se verificou foi que, paralelamente àquele trabalho desenvolvido ou iniciado nessa fase, a Administração da Bragahabit foi confrontada com o aparecimento, exatamente, da proposta de lei, que foi publicada em dezanove de dezembro e já ali referenciada, a lei oitenta e um, de*

dois mil e catorze. Esta nova lei acabou por se revelar um documento extraordinariamente exaustivo, pormenorizado, que obrigou a que a própria Bragahabit procedesse a uma revisão de parte do trabalho que já tinha sido realizado, procurando adequar o Regulamento àquilo que era o procedimento legislativo publicado. Evidentemente que, apesar disso, ainda havia alguns aspetos que careciam de enquadramento, nomeadamente, o apoio direto ao arrendamento e das residências partilhadas, que não se encontravam referidas, logo abrangidas, naquela lei que anteriormente referiu. A opção de criar um único Regulamento que abrangesse todos os quadros de anteriores regimes de apoio à habitação, impunha-se, desde logo, nesse momento, pela necessidade de uniformização de procedimentos e a maior transparência e equidade na atribuição dos apoios. Isso era um dos problemas que resultava das queixas frequentes por parte dos utentes que recorriam a esse tipo de serviços, onde invocavam a ausência, no passado, de transparência e a dificuldade de prever as relações entre o cidadão e a própria organização. Duma forma exaustiva e ordenada, verificaram que naquele projeto de regulamento estavam os direitos e as obrigações de todos os envolvidos perdidos. Passava-se a saber, inequivocamente, como aceder aos benefícios, quais os benefícios e a forma como eram atribuídos e disponibilizados. Qualquer cidadão, poderia não subscrever a dificuldade do acesso aos meios eletrónicos, porque a realidade com que se confrontavam era essa uma forma de comunicar mais transparente com os próprios cidadãos, aquilo que cada um deles podia conhecer, através da informação disponibilizada, era quais eram os rendimentos tidos em conta e as deduções que sobre eles as famílias podiam fazer. Quais eram as reais condições de acesso? Que impedimentos existiam a que qualquer cidadão se pudesse candidatar? Como eram feitas as contas para os apoios? Quais eram os critérios

que conduziam à sua posição na lista de espera? Que documentos necessitavam de juntar para que o seu processo de candidatura se encontrasse completo? Que tipo de contrato de arrendamento iria ter que assinar? Quais as responsabilidades que lhe eram exigidas e as consequências do seu incumprimento? Em conclusão, os cidadãos que precisavam de apoio à habitação no concelho de Braga, passavam a ter, a partir de agora, um documento único, agregador de toda a informação, que se encontrava dispersa até ao presente, de forma pormenorizada e clara, abrangendo tudo aquilo que necessitavam de saber. Evidentemente que, a questão do acesso da página era uma forma que consideravam adequada para a divulgação dessa informação e era exatamente através da informação constante dessa página, que os cidadãos eram ajudados a encontrar as respostas para a maioria das suas dúvidas, que iam desde a lista de espera, atualizada trimestralmente, até respostas rápidas às perguntas mais frequentes. A objetividade, a igualdade de acesso e a transparência na atribuição dos apoios, eram princípios seguidos pelo presente projeto de regulamento, pelo que, naturalmente, o Grupo Municipal do PSD iria votar favoravelmente aquela proposta. Depois foi dada a palavra ao **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, SR. JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para referir que, as questões do arrendamento social eram sempre questões que deviam merecer de todos, na medida do possível, unanimidade. A verdade era que o PS, enquanto progenitor das respostas sociais do ponto de vista da habitação, quando muitos não acreditavam, veio dar resposta àquilo que era a diversidade das necessidades que eram sentidas. Era evidente que aquele Regulamento era a compilação de um conjunto que já havia e que nasceu mercê do nascimento das respostas que eram dadas. Aliás, houve respostas, experimentações que fizeram, nomeadamente, de residências partilhadas para ex-

reclusos, que depois se viu que não havia maturidade suficiente para avançar com esse tipo de resposta. Mas, isso, exigia de todos, que houvesse uma unanimidade, porque apoiar os que eram social e economicamente mais desfavorecidos, devia ser a tarefa prioritária. Foram ali colocadas algumas questões que, achava que, o bom senso permitisse que pudessem colocar aquilo em discussão, para harmonizar melhor aquele Regulamento, com o compromisso de na próxima sessão ordinária levassem ali propostas, de forma a enriquecer e a criar uma coesão entre os vários grupos políticos e que fosse ao encontro daquilo que era a sua obrigação, enquanto promotores de uma coesão social. Daí que, apesar de terem votado favoravelmente em reunião de Câmara, não deixavam de estar sensíveis a algumas questões que ali foram levantadas e achava que o bom senso, porque não seriam dois meses que fariam atrasar a implementação daquele Regulamento, por isso a sua proposta seria essa. Disse ainda não ter gostado de ouvir aquilo que parecia já ser um disco mais que riscado, de que no passado não havia transparência. Os Regulamentos sempre se orientaram por legislação atinente e nunca foram contestados e quando havia contestação, era resolvido à face da lei e à face dos Regulamentos. E o Sr. Presidente tinha acabado por ser ali contrariado por um membro da Coligação naquela Assembleia, quando disse que também o que se fazia no passado era bem feito, como agora havia coisas bem-feitas. Tinha dito isso ali também. E se viesse a propósito, sabia pessoalmente e sabia a Câmara, através daquilo que era, muitas vezes a sua posição, que havia coisas bem-feitas também, que era uma exigência. Era triste que fossem sempre com a falta de transparência. Isso começava a ser bafiento e aquilo que era a intervenção do Sr. Presidente, relativamente à forma de estar, não exigisse só à oposição, exigisse também aos seus pares. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA,**

*RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO*, para dizer que houve, fundamentalmente, ali, duas questões que foram levantadas, a primeira, relativamente à alteração do conteúdo do Regulamento e sobre essa, o Regulamento esteve em discussão pública e, naturalmente, todos os contributos deveriam ter sido suscitados nesse momento. Neste momento, a partir do momento em que se encerrou o período de discussão pública, não fazia sentido reabrir, de acordo com a sugestão do Deputado João Nogueira, um período de consensualização de propostas, que os obrigaria a remeter, novamente, o Regulamento para discussão pública, após a sua aprovação na Câmara e, isso, obviamente, não era compaginável com a necessidade, e isso tinha a ver com a segunda questão, ter terem um Regulamento compatível com a legislação que estava em vigor. E, a verdade, era que este Regulamento tinha que ser aprovado, porque ia ajustar-se à lei que estava em vigor. Havia intenções das forças políticas do Parlamento alterarem a legislação, obviamente que, quando assim acontecesse, o Regulamento iria ajustar-se. Posta à votação a proposta da retirada daquele ponto da ordem de trabalhos para baixar à Comissão Especializada, foi a mesma **rejeitada com trinta e oito votos a favor e com vinte e seis votos a favor**. Posta à votação a proposta apresentada no ponto número cinco da ordem de trabalhos, foi a mesma **aprovada com trinta e oito votos a favor; com seis votos contra e com dezoito abstenções**. **PONTO NÚMERO SEIS – ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BRAGA NA JUNTA DE FREGUESIA DE ADAÚFE**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de catorze de março do ano em curso, relativa ao acordo de execução de delegação de competências do Município de Braga na Junta de Freguesia de Adaúfe, que se dá por reproduzida e transcrita e

vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A **SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA MESA** informou da existência de uma proposta para que os pontos seis, sete e oito pudessem ser votados em conjunto. **O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, interveio, para dizer que intervinha não para pôr em causa o teor das propostas que estavam naqueles três pontos que iriam ser agregados, mas sobre o primeiro, nomeadamente, a concessão desses apoios à praia de Adaúfe, achava que cumpria assinalar que no início deste mandato e com o mesmo tom satírico com que hoje foram abordadas algumas propostas vertidas no nosso documento, se questionava o investimento que a Câmara estava a fazer numa churrasqueira na praia de Adaúfe. A verdade era que à churrasqueira se seguiram os melhoramentos dos balneários para a população com deficiência. Criam-se condições para eles poderem fruir, inclusivamente, do rio. Melhorou-se toda a envolvente. Garantiu-se a qualidade da água. Garantiu-se a fruição pela população. Criou-se um circuito de transportes dedicado para a praia de Adaúfe e, por isso, hoje mesmo, reconheciam que valeu a pena, porque recolheram o reconhecimento da ABAE e, pela primeira vez, a praia de Adaúfe teve a bandeira azul, enquanto praia fluvial e era uma das únicas que no norte do país conseguiu essa acreditação. Parabéns à Junta de Adaúfe. Parabéns ao Pelouro do Ambiente por todo o trabalho que tinha desenvolvido naquele equipamento. **PONTO NÚMERO SETE – ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BRAGA NA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de vinte e nove de março do ano em curso, relativa ao acordo de execução de delegação de competências do Município de Braga na Junta de Freguesia de Gualtar, que se

*dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO OITO – CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A JUNTA DE FREGUESIA DE TADIM.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta aprovada na reunião do Executivo Municipal de catorze de março do ano em curso, relativa ao contrato de comodato a celebrar entre o Município de Braga e a Junta de Freguesia de Tadim, segundo a qual o Município entrega à referida freguesia os prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Braga, sob os números quatrocentos e vinte e um e quatrocentos e vinte e dois da mesma freguesia, inscritos, respetivamente, na matriz sob o artigo centésimo quadragésimo primeiro urbano e quadragésimo décimo primeiro Rústico/ Tadim, nos termos das cláusulas do contrato anexo, que se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Postos à votação foram os referidos pontos **aprovados com duas abstenções da C.E.M.** **PONTO NÚMERO NOVE – CONCESSÃO DE CONTRAPARTIDA DA JUNTA DE FREGUESIA DE TADIM NA CONSTRUÇÃO DO “MULTIUSOS DE TADIM”.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de vinte e nove de março do ano em curso, relativa à concessão da contrapartida da Junta de Freguesia de Tadim na construção do “Multiusos de Tadim”, nos termos constantes da mesma, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com duas abstenções da CEM.***

**PONTO NÚMERO DEZ – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA.**

*Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e nove de março, de dezoito e vinte e seis de abril do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: a) - Junta de Freguesia de Esporões, para a execução da obra denominada “Requalificação do Polidesportivo de Esporões”, no montante de vinte e dois mil oitocentos e oitenta e seis euros e noventa e quatro cêntimos; b) - Junta de Freguesia de Priscos, para a execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação da rua do Moínho – Priscos”, no montante de cento e sessenta e nove mil novecentos e trinta e quatro euros e um cêntimo; c) - Junta de Freguesia de Adáuife, para a execução da obra denominada “Rua dos Emigrantes – segunda fase – Adáuife”, no montante de cento e dez mil quinhentos e quarenta e dois euros e setenta e quatro cêntimos; d) - Junta de Freguesia de Esporões, para a execução da obra denominada “Reconstrução de muro na rua das Boucinhas – Esporões”, no montante de sete mil duzentos e seis euros e sessenta e oito cêntimos; e) - Junta de Freguesia de Lamas, para a execução da obra denominada “Requalificação de polidesportivo de Lamas – obras complementares”, no montante de dezasseis mil setecentos e oitenta e um euros e noventa e dois cêntimos; f) - Junta de Freguesia de Tadim, para a execução da obra denominada “Requalificação do espelho de água de Tadim”, no montante de oito mil quinhentos e nove euros e oitenta e nove cêntimos; g) - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “Requalificação do beco da*

*Garapôa – Celeirós”, no montante de vinte e cinco mil novecentos e quarenta e um euros e oitenta e um cêntimos; h) - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “Construção de um muro de suporte – rua Professor António Ferreira Gomes – Aveleda”, no montante de treze mil cento e oito euros; i) - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, para a execução da obra denominada “Construção de uma cobertura no campo de jogos de Real”, no montante de oitenta e quatro mil oitenta e oito euros e trinta cêntimos; j) - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Requalificação dos balneários da piscina de Arentim”, no montante de noventa e sete mil novecentos e vinte e dois euros e vinte e oito cêntimos; k) - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Rua de Figueiredo – Cunha – trabalhos complementares”, no montante de quatro mil duzentos e setenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos; l) - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, para a execução da obra denominada “Caminho de acesso à Capela de S. Filipe – Mire de Tibães”, no montante de cento e dezasseis mil duzentos e vinte e sete euros e trinta e quatro cêntimos; m) - Junta de Freguesia de Sequeira, para a execução da obra denominada “Colocação águas pluviais – envolvente cemitério - Sequeira”, no montante de cinco mil seiscentos e quarenta e seis euros e oitenta e seis cêntimos.*

*Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com duas abstenções da CEM.***

**PONTO NÚMERO ONZE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA.** *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de catorze e vinte e nove de março, de dezoito e vinte e seis de abril do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um*

da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: a) - Junta de Freguesia de São Vítor, destinado a participar as despesas com a realização da “Procissão da Burrinha”, no valor de setecentos e cinquenta euros; b) - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, destinado a participar as despesas com a “Procissão do Senhor dos Passos”, no valor de quinhentos euros; c) - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), destinado a apoiar a execução da obra do “Parque de Lazer das Cambas”, no montante de trinta e um mil euros e vinte e seis cêntimos; d) - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar a execução da obra de “Recuperação do antigo salão da Junta”, no montante de nove mil e seiscentos euros; e) - União de Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião, destinado a apoiar a Procissão do Senhor dos Passos, no montante de quinhentos euros; f) - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar o evento cultural “Fest’Arte” – Festival de Teatro Amador de Braga, no montante de quinhentos euros; g) - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar os custos da organização do décimo quarto Circuito de Ciclismo de Palmeira – Prémio Peixoto Alves, no montante de mil euros; h) - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, destinado a apoiar a execução da obra “Trabalhos de manutenção da piscina de Dume”, no montante de treze mil quatrocentos e quatro euros e setenta e cinco cêntimos, com IVA; i) - União de Freguesias de Lomar e Arcos, destinado a apoiar e execução da obra de “requalificação do edifício da sede da Junta de Freguesia de Arcos”, no montante de trinta e cinco mil quinhentos e oitenta e três euros e vinte e dois cêntimos; j) - Junta de Freguesia de Adaúfe, destinado a apoiar nas despesas decorrentes com a intervenção na praia fluvial de Adaúfe, no montante de nove mil quatrocentos e dez euros. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com dois votos**

*contra da C.E.M.. PONTO NÚMERO DOZE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS.* Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO TREZE – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES.** Não se registou qualquer intervenção. **NÚMERO CATORZE - INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez e onze de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** À uma hora e trinta minutos, a Sr<sup>a</sup> Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de vinte e nove de abril, de que para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.



